

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	26
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	30
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	31
4.5 - Processos sigilosos relevantes	32
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	33
4.7 - Outras contingências relevantes	34
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	36
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	39
5.3 - Descrição - Controles Internos	42

Índice

5.4 - Programa de Integridade	44
5.5 - Alterações significativas	46
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	47
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	48
6.3 - Breve histórico	49
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	57
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	58
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	59
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	62
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	63
7.3 - Produção/comercialização/mercados	64
7.4 - Principais clientes	65
7.5 - Efeitos da regulação estatal	66
7.6 - Receitas relevantes no exterior	67
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	68
7.8 - Políticas socioambientais	69
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	70
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	71
8.2 - Alterações na condução de negócios	72
8.3 - Contratos relevantes	73
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	74
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	75
9.1.a - Ativos imobilizados	76
9.1.b - Ativos Intangíveis	77
9.1.c - Participação em sociedades	78
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	82
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	83

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	99
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	104
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	107
10.5 - Políticas contábeis críticas	109
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	111
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	113
10.8 - Plano de Negócios	114
10.9 - Outros fatores com influência relevante	117
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	118
11.2 - Acompanhamento das projeções	119
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	120
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	125
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	130
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	132
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	133
12.7/8 - Composição dos comitês	139
12.9 - Relações familiares	141
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	173
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	214
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	215
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	216
13.2 - Remuneração total por órgão	219
13.3 - Remuneração variável	223
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	224
13.5 - Remuneração baseada em ações	225
13.6 - Opções em aberto	226
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	227
13.8 - Precificação das ações/opções	228

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	229
13.10 - Planos de previdência	230
13.11 - Remuneração máx, mín e média	231
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	232
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	233
13.14 - Remuneração - outras funções	234
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	235
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	236
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	237
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	238
14.3 - Política remuneração dos empregados	239
14.4 - Relações emissor / sindicatos	240
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	241
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	242
15.3 - Distribuição de capital	267
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	268
15.5 - Acordo de Acionistas	272
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	273
15.7 - Principais operações societárias	274
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	275
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	276
16.2 - Transações com partes relacionadas	277
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	283
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	284
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	285
17.2 - Aumentos do capital social	286
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	287
17.4 - Redução do capital social	288

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	289
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	290
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	291
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	292
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	293
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	294
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	295
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	296
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	297
18.8 - Títulos emitidos no exterior	298
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	299
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	300
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	301
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	302
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	307
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	308
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	309
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	310
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	311
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	312
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	313
21.3 - Responsáveis pela política	315
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	316

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho

Cargo do responsável:
Diretor Presidente

O diretor acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Sérgio Alberto Monteiro de Carvalho
Diretor Presidente
Monteiro Aranha S.A.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

Cargo do responsável:

Diretor de Relações com Investidores

O diretor acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
Diretor de Relações com Investidores
Monteiro Aranha S.A.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, uma vez que os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. Nos itens 1.1 e 1.2, deste Formulário de Referência, poderão ser encontradas as declarações individualizadas de cada um dos diretores.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independetes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	30/03/2017
Descrição do serviço contratado	Ano 2017: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2017; revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerraram em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Ano 2018: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2018; revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerraram em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018. Ano 2019: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2019; revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerraram em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Ano 2017: Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2017. R\$ 310.126,00. Ano 2018: Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2018. R\$ 317.448,00. Ano 2019: Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2019. R\$ 329.767,00.
Justificativa da substituição	Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Roberto Martorelli	30/03/2017	181.375.338-50	Praia de Botafogo, 370, 6º ao 10º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-909, Telefone (021) 32637000, Fax (021) 32637004, e-mail: Roberto.Martorelli@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.067.904.000,00	1.137.732.000,00	1.322.128.010,00
Ativo Total	1.705.306.000,00	1.572.405.000,00	1.628.691.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	177.805.000,00	130.637.000,00	187.828.000,00
Resultado Bruto	127.710.000,00	79.698.000,00	146.344.000,00
Resultado Líquido	100.132.000,00	40.807.000,00	141.185.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	12.251.221	12.251.221	12.251.221
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	87,167148	92,866825	107,918060
Resultado Básico por Ação	8,173226	3,330852	11,524157
Resultado Diluído por Ação	8,17	3,33	11,52

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia não divulgou, no decorrer do último exercício social, medições não contábeis.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

A Companhia, ao final do ano de 2019, possuía compromissos de investimento nos fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE nos valores de R\$ 6.225 mil e R\$ 30.000 mil respectivamente. A Companhia, aproveitando as condições de mercado, vendeu suas participações nesses dois fundos, por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3 que ocorreu em 20 de janeiro de 2020. Com esta venda, os compromissos de investimento da Companhia com os fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 (“OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº02/2020”), sobre eventuais efeitos que o Coronavírus trará para os negócios da Companhia e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, não há como atestar neste momento que efeitos relevantes podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	Exercício Encerrado 31.12.2019	Social em	Exercício Encerrado 31.12.2018	Social em	Exercício Encerrado 31.12.2017	Social em
a. Regras sobre retenções de Lucros	De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.		De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.		De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.	
	Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.		Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.		Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Constituição de reserva legal: R\$ 5.007 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 71.375 mil.		Constituição de reserva legal: R\$ 1.992 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 28.418 mil.		Constituição de reserva legal: R\$ 7.059 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 100.921 mil.	

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 71%.	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 71%.	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 71%.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no Estatuto da Companhia.	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	Estatuto da Companhia.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		95.124.983,68	37.844.987,11	134.541.638,10
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		9,376459	3,512460	10,685366
Dividendo distribuído total		23.781.245,92	9.461.246,78	33.635.409,52
Lucro líquido retido		71.343.737,76	28.383.740,33	100.906.228,58
Data da aprovação da retenção		28/04/2020	30/04/2019	27/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			14.000.000,00	12/07/2019	9.461.246,78	12/09/2018	10.000.000,00	21/03/2017
Ordinária			9.781.245,92	19/09/2019				
Ordinária							23.635.409,52	19/10/2017

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Em 2019, foram declarados R\$ 65,0 milhões de juros sobre capital próprio à conta de reserva de lucros, e R\$ 99,0 milhões de dividendos, dos quais, R\$ 23,8 milhões atribuídos ao resultado do exercício e R\$ 75,2 milhões à conta de reserva de lucros.

Em 2018, foram declarados R\$ 81,0 milhões de juros sobre capital próprio à conta de reserva de lucros, e R\$ 125,0 milhões de dividendos, dos quais, R\$ 9,5 milhões atribuídos ao resultado do exercício e R\$ 115,5 milhões à conta de reserva de lucros.

Em 2017, foram declarados R\$ 94,0 milhões de juros sobre capital próprio à conta de reserva de lucros, e R\$ 41,0 milhões de dividendos, dos quais, R\$ 33,6 milhões atribuídos ao resultado do exercício e R\$ 7,4 milhões à conta de reserva de lucros.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	637.402.232,00	Índice de Endividamento	0,59687200	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		198.585.000,00	16.356.000,00	216.356.000,00	16.357.000,00	447.654.000,00
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
Total			198.585.000,00	16.356.000,00	216.387.000,00	16.357.000,00	447.685.000,00

Observação

a) Inferior a um ano: (i) trata-se de venda do ETF (Exchange Traded Fund) do Ibovespa - BOVA - 11 (R\$ 84,9 milhões) negociado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão em que ações foram dadas como garantia, (ii) operações a termo de ações (R\$ 8,0 milhões), (iii) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças contratado pela controlada indireta Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 4,8 milhões), (iv) contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões), e os juros fixos em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano. Em 31/12/2019 o saldo devedor era de R\$ 100,3 milhões, e (v) juros sobre debêntures (R\$ 0,5 milhões) não conversíveis em ações e em série única, emitidas em 2019 e com vencimento em 5 anos, amortizações semestrais em 4 parcelas de 2023 a 2024, e com remuneração correspondente a taxa de CDI e acréscimo de taxa fixa de 0,36% ao ano, com pagamentos semestrais entre 2020 e 2025, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Em 31/12/2019 o saldo devedor total era de R\$ 200,5 milhões.

b) Superiores a um ano: trata-se (i) das debêntures não conversíveis em ações e em série única (R\$ 200,0 milhões) e (ii) das parcelas a vencer do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças (R\$ 49 milhões), já mencionados.

As obrigações Quirográficas compreendem:

a) Superiores a um ano: contrato de mútuo com a coligada Telecel Telecomunicações Ltda conforme descrito no tem 16.2 - Partes Relacionadas (R\$ 31 mil).

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*) que, atualmente, tem a maior parte de seu patrimônio concentrado em participações nas sociedades Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. Ademais, a Companhia detém participações em Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), em parceria com empresas do setor imobiliário, além de possuir fundos exclusivos de investimentos e aplicações financeiras mantidas em sua Tesouraria.

Nesse sentido, a seguir são apresentados os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento na Companhia.

a) ao emissor

A Companhia pode não pagar dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, ao final de cada exercício social, será atribuído aos acionistas da Companhia um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com os as disposições estabelecidas na Lei n°. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Em determinados exercícios sociais, contudo, a Companhia pode não distribuir dividendos, ou distribuí-los em valor inferior ao mínimo obrigatório, mediante a ocorrência de qualquer circunstância prevista em lei que autorize a Companhia a tanto, em especial:

- Caso o lucro do exercício seja utilizado para compensar prejuízos acumulados da Companhia;
- Caso o lucro líquido do exercício seja retido nas hipóteses autorizadas pela Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação da Assembleia Geral Ordinária;
- Caso a distribuição de dividendos seja incompatível com a situação financeira da Companhia;
- Caso as sociedades investidas da Companhia não apresentem fluxo de caixa para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e/ou não aprovem a distribuição do lucro por elas auferido sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, o lucro líquido auferido pela Companhia pode não ser realizado financeiramente, fazendo com que o dividendo mínimo obrigatório seja limitado à parcela realizada do lucro líquido do exercício (sendo a diferença registrada como reserva de lucros a realizar).

A baixa liquidez das ações do emissor e dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários pode limitar a capacidade dos investidores da Companhia de negociarem suas ações pelo preço e no momento que desejarem.

Por ser significativamente menor do que mercados de valores mobiliários de países mais desenvolvidos (como, por exemplo, dos Estados Unidos e de alguns países da Europa), o mercado brasileiro de valores mobiliários, em que os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia são negociados,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

apresenta características de menor liquidez, maior concentração e maior volatilidade. Essas características podem limitar, consideravelmente, a capacidade dos investidores da Companhia de negociarem os valores mobiliários de sua emissão.

Além disso, as ações da Companhia têm liquidez bastante inferior à média das ações emitidas pelas demais companhias brasileiras cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode aumentar significativamente o risco de acionistas da Companhia não conseguirem vender as suas ações pelo preço e no momento que assim desejarem.

É possível que a Companhia precise de capital adicional, que pode não estar disponível ou em condições satisfatórias, ou diluir a participação acionária dos acionistas que não acompanharem aumentos de capital.

A Companhia pode necessitar de capital adicional para o desempenho de seu objeto, que pode não estar disponível ou ter condições satisfatórias.

Para a obtenção desse capital adicional, a Companhia poderá chamar aumentos do seu capital social, por subscrição pública ou particular de novas ações, a serem emitidas pela Companhia. Tais recursos poderão ser aplicados na execução da estratégia de negócio da Companhia, ou em eventual necessidade financeira, para pagamento de despesas e obrigações correntes e futuras.

A realização de aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações, pode resultar na diluição da participação dos acionistas da Companhia que decidirem por não acompanhar a subscrição das novas ações na proporção de sua participação no capital social.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador tem o poder de direcionar os negócios da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia detêm, em conjunto, 74,72% do capital social da Companhia e têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação da maioria dos acionistas.

Considerando a elevada participação dos controladores no capital social da Companhia, os negócios da Companhia serão, em sua maioria, direcionados e orientados pelas decisões desses acionistas, que podem diferir e prevalecer sobre os demais acionistas da Companhia.

c) a seus acionistas

Negociações realizadas pelos acionistas podem afetar o valor de mercado das ações da Companhia.

Os acionistas da Companhia podem negociar livremente suas ações no mercado de valores mobiliários, de acordo com a legislação aplicável. Considerando a baixa liquidez das ações da Companhia, negociações realizadas por esses acionistas podem afetar o valor de mercado dessas ações de forma substancial.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

d) a suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos

O resultado da Companhia é composto substancialmente por participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos.

Como sociedade de participações (*holding*), a subsistência da Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados através de proventos, pelas suas sociedades investidas (controladas, controladas em conjunto e coligadas) e seus fundos exclusivos.

Considerando que as investidas da Companhia (sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas) estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado, desempenhos adversos em seus respectivos resultados individuais podem resultar em perdas relevantes e substanciais à Companhia (através da equivalência patrimonial). Nesses casos, as sociedades investidas poderão, inclusive, ter dificuldades ou ficarem impedidas de distribuir dividendos à Companhia, colocando em risco a situação financeira e solvência da Companhia, devido à sua dependência ao fluxo de dividendos de suas investidas, que são alocados, principalmente, para pagamento de despesas e de obrigações financeiras, investimentos e distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Adicionalmente, considerando que os fundos exclusivos da Companhia estão também sujeitos a riscos operacionais e de mercado, desempenhos adversos em seus resultados podem resultar em perdas relevantes e substanciais à Companhia, impactando o seu resultado financeiro diminuindo a sua capacidade financeira para pagamento de despesas e obrigações financeiras, investimentos e distribuição de dividendos aos seus acionistas.

A alta concentração do patrimônio da Companhia nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., nas participações imobiliárias e nos fundos exclusivos, gera uma significativa dependência de seus resultados no resultado do emissor. Conseqüentemente, tal fato pode acarretar em alta volatilidade nos resultados da Companhia e, na eventualidade de existirem perdas permanentes nessas investidas que venham a diminuir significativamente o valor desses investimentos, o patrimônio da Companhia será impactado diretamente.

Adicionalmente, qualquer mudança nas políticas de distribuição de dividendos da Klabin S.A ou da Ultrapar Participações S.A., principais coligadas da Companhia, e, em menor escala, dos demais investimentos da Companhia, pode causar um efeito material adverso nas operações do emissor, podendo impactar, inclusive, a capacidade de pagamento das despesas e obrigações financeiras, investimentos e a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

1. Klabin S.A.

Detalhes e atualizações com respeito aos fatores de riscos relacionados à Klabin S.A., coligada da Companhia, são apresentados no formulário de referência da própria investida, que está disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

2. Ultrapar Participações S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Detalhes e atualizações com respeito aos fatores de riscos relacionados à Ultrapar Participações S.A., coligada da Companhia, são apresentados no formulário de referência da própria investida, que está disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

3. SPEs imobiliárias

A Companhia tem como estratégia investir em Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), de forma isolada e em parceria com empresas do setor imobiliário, para o desenvolvimento de projetos imobiliários. Os principais fatores de risco relacionados às atividades de tais SPEs que podem impactar a Companhia e influenciar a decisão de investimento de seus investidores estão identificados abaixo.

(i) Riscos relacionados à conjuntura macroeconômica do Brasil, aumento das taxas de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população, instabilidade política, aumento de alíquotas de impostos existentes e criação de novos impostos

O setor imobiliário está exposto a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis, e pode ser fortemente influenciado pelos riscos de aumento de alíquotas de impostos existentes, criação de novos impostos, conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor através de desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política.

Esses riscos podem impactar de maneira significativa a comercialização de unidades imobiliárias pela investida, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

(ii) As mudanças nas políticas de financiamento por parte de governos e bancos para compra de imóveis e o aumento das taxas de juros das linhas de financiamento podem prejudicar as vendas dos imóveis e o resultado das SPEs investidas

A mudança nas políticas de financiamento para compra de imóveis e/ou aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis para financiar suas aquisições. Consequentemente, tais fatos podem causar uma redução da demanda por imóveis das investidas e aumento da exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

(iii) A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos demais sócios ou acionistas das SPEs investidas

A Companhia está exposta ao risco de os sócios nas investidas apresentarem dificuldades financeiras, serem demandados em processos judiciais ou qualquer outro fato que possa vir a prejudicar a sua capacidade financeira, sua imagem e sua atuação neste segmento ou, ainda, que possa comprometer a viabilidade financeira das investidas, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(iv) Alterações no preço das matérias-primas utilizadas nos empreendimentos imobiliários

As matérias-primas básicas utilizadas podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos celebrados. A elevação do preço dos insumos a valores superiores ao que o mercado consumidor é capaz de absorver pode gerar dificuldade na comercialização dos imóveis e a consequente diminuição da rentabilidade dos empreendimentos.

(v) Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços das construtoras contratadas pelas SPEs investidas da Companhia

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços por parte das construtoras contratadas pelas investidas podem ter um efeito adverso e sujeitar estas à imposição de responsabilidade civil e prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

(vi) A utilização de mão de obra terceirizada na construção dos empreendimentos imobiliários pode implicar em responsabilidade solidária das SPEs investidas da Companhia

A utilização de mão de obra terceirizada por parte das investidas pode implicar em contingências de natureza trabalhista e previdenciária por solidariedade, podendo gerar prejuízos financeiros ou de imagem e colocar em risco a rentabilidade dos empreendimentos.

(vii) Fornecimento de serviços públicos e de uma vasta cadeia de produtos e serviços

O setor depende de serviços públicos, em especial os de água e energia elétrica, e de uma vasta cadeia de produtos, serviços e outros fatores inerentes ao mercado imobiliário, fazendo com que qualquer diminuição ou interrupção desses possam causar dificuldades ou prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

(viii) Cumprimento da legislação regulatória vigente e obtenção de autorizações e licenças emitidas pela administração pública

A atividade imobiliária está sujeita à legislação vigente, dependendo de autorizações e licenças exigidas no que diz respeito à construção, uso do solo, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, proteção ao consumidor e outros, que afetam as atividades de aquisição de terrenos, incorporação e construção. A impossibilidade de obter tais autorizações e licenças, ou a ocorrência de atrasos na sua obtenção, podem causar prejuízos financeiros e colocar em risco a realização ou a rentabilidade dos empreendimentos. Na hipótese de eventual descumprimento da legislação vigente é possível que ocorram sanções administrativas, tais como imposição de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de outras penalidades civis e criminais, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

O mercado imobiliário está sujeito também a mudanças nas regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento. Mudanças de regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento, antes ou durante a execução do projeto imobiliário, podem causar prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fundos exclusivos de investimentos

A Companhia tem como estratégia investir, por meio de seus fundos exclusivos, em ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em bolsas estrangeiras e em fundos de investimento. Os principais fatores de risco relacionados a essa estratégia que podem impactar a Companhia e influenciar a decisão de investimento de seus acionistas estão identificados no item 4.2 (Riscos de Mercado)

e) a seus fornecedores

(i) Eventuais problemas no relacionamento da Companhia com as corretoras de valores e bancos responsáveis pelas transações com títulos mobiliários e manutenção em custódia de seus investimentos em ativos imobiliários pode impactar de forma adversa o resultado das operações financeiras da Companhia

A Companhia se relaciona com corretoras de valores mobiliários e bancos responsáveis pela manutenção em custódia e realização de transações referentes a seus investimentos em ativos mobiliários. Nesse sentido, os investimentos da Companhia estão expostos à solidez e confiabilidade dessas instituições. Caso alguma corretora ou banco com a qual a Companhia tenha relacionamento vá à falência, a Companhia pode vir a perder o saldo (dinheiro não investido em ativos mobiliários) mantido nas contas de tais instituições. Ainda, caso alguma corretora ou banco não atenda, ou exerça de maneira incorreta, ou ainda execute a um preço desfavorável os pedidos de transações feitos pela Companhia, intencionalmente ou por falhas de comunicação, o resultado das operações financeiras da Companhia pode afetar de forma adversa o resultado da Companhia podendo, inclusive, gerar perdas relevantes à Companhia, afetando sua capacidade de pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos.

(ii) A má qualidade e problemas relativos aos fornecedores de softwares e tecnologias utilizados para acessar e processar informações relevantes para a decisão de investimentos da Companhia podem resultar em prejuízos

A Companhia depende de fornecedores de *software* e tecnologia para acessar e processar informações relevantes e essenciais para a tomada de decisão sobre seus investimentos, assim como para manter essas informações seguras. Caso haja má qualidade na prestação dos serviços de tecnologia de informação e dos *softwares* fornecidos à Companhia, bem como eventuais instabilidades na rede e no funcionamento desses programas, informações incorretas poderão ser geradas, levando a Companhia a eventualmente tomar decisões desfavoráveis embasadas em informações equivocadas, no que tange aos seus investimentos, podendo, inclusive, incorrer em prejuízos.

f) a seus clientes

Por ser uma sociedade de participações (*holding*), a Companhia não vende produtos ou fornece serviços, de forma relevante, diretamente a clientes, de modo que a Companhia não vislumbra riscos em decorrência de seus clientes que possam influenciar a decisão de investimento de seus acionistas.

Entretanto, a Companhia está exposta, indiretamente, aos riscos dos clientes de suas controladas e coligadas, em especial no setor imobiliário.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

g) aos setores da economia em que atue

Por ser uma sociedade de participações (*holding*), a Companhia está exposta aos setores de atuação de Klabin S.A. (papel e celulose), Ultrapar Participações S.A. (majoritariamente nos setores petroquímicos, distribuição de gás e combustíveis, armazenagem de graneis líquidos e varejo farmacêutico), ao setor imobiliário através de suas investidas (SPEs), e aos setores nos quais os fundos exclusivos investem. A Companhia está exposta às variações cíclicas da economia que permeiam esses setores econômicos e, conseqüentemente, pode ter seus investimentos adversamente afetados, gerando perdas relevantes em seus investimentos, afetando sua capacidade de pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos a seus acionistas.

h) à regulação nos setores em que atue

Alterações regulatórias nos setores onde a Companhia detém investimentos relevantes, como o setor de papel e celulose através de Klabin S.A., o setor de distribuição de gás e combustível, petroquímico e varejo farmacêutico através de Ultrapar Participações S.A., o setor imobiliário através de suas investidas e os setores nos quais os fundos exclusivos investem, podem afetar adversamente o resultado da Companhia.

Como a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), está diretamente exposta a possíveis mudanças nas leis e regulamentos relativos a investimentos em participações ou investimentos financeiros, como, por exemplo, alterações na tributação de investimentos, restrições a movimentações de capital e aumentos nas alíquotas de impostos sobre dividendos, juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, mudanças essas que poderiam, inclusive, gerar diminuição da capacidade financeira da Companhia, afetando sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos a seus acionistas.

No caso das SPEs imobiliárias, os riscos relacionados à alteração na legislação regulatória e fiscal, estão mencionados no item 4.1 d) (3. SPEs imobiliárias).

i) aos países estrangeiros em que atue

Os investimentos diretos em Klabin S.A. e Ultrapar S.A. e indiretos em ações de empresas no exterior estão expostos às condições econômicas, políticas e regulatórias dos países estrangeiros

As investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. por atuarem também em países estrangeiros estão expostas às condições econômicas, políticas e regulatórias de países estrangeiros, e, caso essas condições dos países sejam adversamente afetadas, o resultado da Companhia poderá ser negativamente afetado, apresentando perdas financeiras à Companhia através das perdas registradas através de equivalência patrimonial e redução de distribuição de proventos, podendo, desta forma, afetar a sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos a seus acionistas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Detalhes e atualizações com respeito aos riscos inerentes aos países estrangeiros em que as investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. atuam, são apresentados nos formulários de referência das mesmas e estão disponíveis para consulta nos seus respectivos sites (www.klabin.com.br e www.ultra.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Por meio de seus fundos exclusivos, a Companhia possui investimentos financeiros em ações de empresas localizadas no exterior. Os valores dessas ações estão sujeitos às condições econômicas, políticas e regulatórias desses países estrangeiros, e, caso essas condições dos países sejam adversamente afetadas, o resultado financeiro da Companhia poderá ser negativamente afetado, apresentando perdas financeiras à Companhia através das perdas registradas em seus fundos exclusivos, podendo, desta forma, afetar o seu resultado financeiro diminuindo a sua capacidade financeira para pagamento de despesas e obrigações financeiras, investimentos e distribuição de dividendos aos seus acionistas.

j) a questões socioambientais

Como a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), não está exposta diretamente a riscos significativos relacionados a questões socioambientais.

No entanto, suas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A e suas SPEs imobiliárias estão expostas a riscos socioambientais relevantes.

Detalhes e atualizações com respeito aos riscos socioambientais das investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. são apresentados nos formulários de referência das mesmas e estão disponíveis para consulta nos seus respectivos sites (www.klabin.com.br e www.ultra.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

No caso das SPEs imobiliárias, os riscos socioambientais são mencionados no item 4.1 d) (3. SPEs imobiliárias).

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A seguir são apresentados os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

Riscos de crédito

As contrapartes dos instrumentos financeiros celebrados pela Companhia podem não cumprir com as obrigações estipuladas

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com a Companhia, o que levaria a um prejuízo financeiro. Todas as disponibilidades e operações financeiras de derivativos são mantidas em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Companhia.

A Companhia depende da solidez da contraparte para que sejam cumpridos os compromissos de recompra dos títulos públicos (LFT, LTN e NTN), CDBs e debêntures (operações compromissadas) de instituições financeiras, fundos de renda fixa, contratos de swap e dólar futuro, opções de ações, índice Ibovespa futuro, operação a termo de ações, empréstimos e debêntures. Caso essas contrapartes não cumpram com os seus compromissos de recompra, esse fator pode gerar perdas financeiras relevantes à Companhia podendo, inclusive, impactar a capacidade de pagamento das despesas e obrigações financeiras, investimentos e a distribuição de dividendos aos seus acionistas

Risco cambial

A variação da taxa de câmbio pode impactar significativamente o resultado da Companhia

O risco cambial está relacionado à possibilidade de haver variações na taxa de câmbio (Real/Dólar). Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao Dólar, uma possível desvalorização do Dólar frente ao Real poderia afetar de forma adversa a Companhia, prejudicando, portanto, o seu resultado financeiro e podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do câmbio com base na cotação do Dólar em Real em 31 de dezembro de 2019, considerando desvalorizações de 25% e 50%:

Operação	R\$ (000)		
	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2019	4,03	3,02	2,02
Exposição ao Dólar	176.905	132.679	88.452
Efeito no resultado financeiro	-	(44.226)	(88.453)

A Companhia está também indiretamente exposta a variação do câmbio através de suas investidas, principalmente Klabin S.A. e Ultrapar S.A. devido as matérias primas que consomem (a exemplo de químicos e combustíveis) e os produtos finais que vendem (a exemplo de celulose e petroquímicos) serem cotados em moeda estrangeira como também por terem endividamento em moeda estrangeira sem proteção cambial.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Detalhes e atualizações com respeito ao risco cambial das investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. são apresentados nos formulários de referência das mesmas e estão disponíveis para consulta nos seus respectivos sites (www.klabin.com.br e www.ultra.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Risco de taxa de juros

As aplicações financeiras e endividamento da Companhia estão expostos a variações na taxa de juros

Parte das aplicações financeiras da Companhia estão atreladas às variações das taxas Selic e CDI, expondo esses ativos às variações dessas taxas. Em caso de redução das taxas de juros, no entanto, é provável que a Companhia apresente uma redução de ganhos nas aplicações financeiras, impactando negativamente o resultado financeiro da Companhia.

A Companhia é fiadora no empréstimo de financiamento contraído pela controlada indireta da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., que está atrelado à Taxa de Referência (TR), expondo a controlada e a Companhia à sua variação.

Adicionalmente, a Companhia detém contrato de empréstimo internacional em Euros que foi convertido para Reais, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano, desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor deste financiamento.

A Companhia emitiu debêntures sujeitas a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescidos de 0,36% ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destas debêntures.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019, considerando a diminuição das taxas do cenário base em 25% e 50% para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% para o financiamento imobiliário, swap (empréstimo internacional) e debêntures emitidas pela Companhia.

		R\$ (000)						
Operação	Saldo em 31/12/2019	Cenário Base		Cenário I - 25%		Cenário II - 50%		
		Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	
Debêntures (Compromissadas)	CDI	112.846	4,40%	-	3,30%	(1.241)	2,20%	(2.483)
CDB	CDI	43.891	4,40%	-	3,30%	(483)	2,20%	(966)
LAM	CDI	8.305	4,40%	-	3,30%	(91)	2,20%	(183)
Fundo de Investimento Renda Fixa	CDI	78.521	4,40%	-	3,30%	(864)	2,20%	(1.727)
Letras Financeiras	CDI	5.759	4,40%	-	3,30%	(63)	2,20%	(127)
Títulos Públicos	SELIC	25.008	4,40%	-	3,30%	(275)	2,20%	(550)
Total		274.330				(3.017)		(6.036)

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Operação	Saldo em 31/12/2019	Cenário Base		Cenário I + 25%		Cenário II + 50%		
		Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	
Swap (Empréstimo)	CDI	(100.465)	4,40%	-	5,50%	1.105	6,60%	2.210
Debêntures	CDI	(200.445)	4,40%	-	5,50%	2.205	6,60%	4.410
Financiamento Imobiliário	TR	(53.839)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Total		(354.749)				3.310		6.620

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados sobre essas variações poderão ser parcialmente compensados.

Risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimento

A Companhia investe em valores mobiliários negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em bolsas de valores estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, estando exposta à variação dos preços desses ativos

A Companhia investe através de seus fundos exclusivos e não exclusivos em ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em bolsas de valores estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, portanto, está exposta à variação do preço desses ativos. Sendo assim, uma variação negativa no preço dos valores mobiliários impacta negativamente o resultado financeiro da Companhia, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade das ações com base nas cotações de mercado em 31 de dezembro de 2019, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

Operação	R\$ (000)		
	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Carteira de ações e cotas de fundos de investimento	373.322	279.992	186.661
Efeito no resultado financeiro		(93.330)	(186.661)

Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos que possam causar volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos de sua propriedade, a Companhia utiliza-se da venda a descoberto de BOVA11, venda de índice Ibovespa futuro, opções de ações e contratos de swap. No entanto, esses instrumentos estão atrelados às variações do Índice Bovespa ou de ações específicas, expondo esses ativos a variações que podem, conseqüentemente, impactar o resultado financeiro da Companhia. Em caso de aumento dos preços no mercado de ações ou de ações específicas, o resultado financeiro da Companhia será negativamente afetado, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade das posições vendidas de BOVA11 em relação a possíveis perdas com suas valorizações em 31 de dezembro de 2019, considerando variações positivas de 25% e 50%:

Operação	R\$ (000)		
	Cenário base	Cenário I +25%	Cenário II +50%
BOVA11	(84.853)	(106.066)	(127.280)
Efeito no resultado financeiro		(21.213)	(42.427)

Considerando que os impactos financeiros das variações das ações detidas em carteira e cotas de fundos de investimentos, e as posições vendidas em BOVA11 podem ter efeitos opostos, as variações nos valores de mercado dessas operações poderão ser parcialmente compensadas.

Apesar da variação nos preços de Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. não afetar o resultado da Companhia, o preço de mercado e a volatilidade dessas ações detidas diretamente pela Companhia pode influenciar a decisão de investimento nas ações do emissor.

Risco de liquidez

A Companhia pode não cumprir com as obrigações por ela assumidas caso a sua disponibilidade de caixa seja insuficiente

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não cumprir suas obrigações, prejudicando de maneira relevante a sua situação financeira e os seus resultados operacionais, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

No final do exercício de 2019, as disponibilidades com liquidez imediata eram superiores às suas obrigações de curto prazo.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que fossem individualmente relevantes.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, cujas partes contrárias fossem administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, que não estivessem sob sigilo e que fossem relevantes quando considerados em conjunto.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Até o término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não existiam outras contingências relevantes da Companhia e suas controladas não abrangidas pelos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é um emissor nacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que entende que os mecanismos e procedimentos internos que são adotados pela Administração da Companhia são adequados para gerir, monitorar e mitigar os principais fatores de risco que a atingem.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos da Companhia ocorre de acordo com a atuação e procedimentos definidos pela Administração, sob a orientação e supervisão dos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

A Companhia informa que está constantemente monitorando os fatores de risco que a atingem de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação dos mesmos, e que poderá formalizar no futuro uma política consolidada de gerenciamento de riscos, caso julgue necessário.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção;

A Administração da Companhia adota uma série de medidas e procedimentos para monitorar e mitigar os fatores de riscos mencionados no item 4.1 do Formulário de Referência.

O gerenciamento de riscos da Companhia tem por base a proteção a eventos não controlados, principalmente decorrentes de cenários políticos e macroeconômicos adversos, proporcionando alternativas para terceirizar ou assumi-los desde que as variáveis sejam monitoradas.

Especificamente sobre alguns dos riscos mais significativos apresentados no item 4.1 do Formulário de Referência, destacam-se as abordagens e práticas apontadas abaixo.

A Companhia pode não pagar dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia.

Para mitigar o risco de não pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, por não ter o caixa necessário para fazê-lo, a Companhia tem como política manter constantemente um bom nível de disponibilidade financeira. Apesar de não existir um número mínimo formal, o Conselho de Administração monitora o nível de disponibilidade financeira e, quando necessário, delibera sobre planos para aumento de suas disponibilidades financeiras.

O resultado da Companhia é composto substancialmente por participações societárias em controladas e coligadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As controladas e coligadas da Companhia, incluindo seus fundos exclusivos, estão expostos a riscos políticos e macroeconômicos, que podem impactar adversamente o resultado da Companhia (através de equivalência patrimonial e resultado financeiro) e a distribuição de dividendos para a Companhia, eventualmente não sendo estes suficientes para o pagamento de obrigações da Companhia e dividendos mínimos obrigatórios para seus acionistas.

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o patrimônio, a Companhia utiliza instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações de BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

O Conselho de Administração define os parâmetros de *hedge* a serem adotados.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção;

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o seu patrimônio, a Companhia e os seus fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações de BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, estes são monitorados pelos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

- Conselho de Administração: O Conselho de Administração define, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia, os investimentos e desinvestimentos relevantes a serem realizados, nível (faixa) de proteções a serem adotadas para os ativos da Companhia, endividamento e alocação de garantias.
- Diretoria Estatutária: A Diretoria da Companhia executa, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração, os investimentos e desinvestimentos, aumento e diminuição de proteções de seus ativos, endividamento e alocação de garantias, e estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*.
- Gerência de Compliance: Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração, monitoramento e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das políticas, normas e práticas da Companhia. A Gerência de *Compliance* responde à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Administração entende que a estrutura operacional e de controles internos da Companhia anteriormente descrita é adequada. A Administração da Companhia se reúne periodicamente para acompanhar, analisar e avaliar o desempenho de seus ativos e os riscos da Companhia, de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação desses riscos.

Cabe à Administração da Companhia monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, deliberando sobre e supervisionando a execução das recomendações de aprimoramento de práticas e procedimentos que entender necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que entende que os mecanismos e procedimentos internos que são adotados pela Administração da Companhia são adequados para gerir, monitorar e mitigar os principais fatores de risco de mercado que a atingem.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos da Companhia ocorre de acordo com a atuação e procedimentos definidos pela Administração, sob a orientação e supervisão dos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

A Companhia monitora constantemente os fatores de risco de mercado que a atingem de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação dos mesmos, e que poderá formalizar no futuro uma política consolidada de gerenciamento de riscos de mercado caso julgue necessário.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Administração busca proteção para os seguintes riscos de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com a Companhia, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Para gerenciar o risco de crédito, a Companhia aplica suas disponibilidades financeiras de forma diversificada e em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Companhia.

Risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimento

Para mitigar o risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimento, a Companhia contrata gestão profissional para gerir os seus fundos exclusivos de acordo com o mandato aprovado pela Administração da Companhia. Além disso, a Companhia e os fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção, tais como: posição vendida em ações (exemplo: BOVA11), posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e *swaps* (ficando passivo em ações e ativo em CDI) para proteção de patrimônio.

A Administração da Companhia acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimento a que está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está ligado ao risco de não cumprimento das obrigações por ela assumidas. No entanto, os saldos de caixa, de equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários da Companhia são superiores às obrigações por ela contraídas, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia acredita que, em cenários político e macroeconômicos adversos, o valor de mercado do seu patrimônio pode ter um impacto negativo substancial. A estratégia de proteção patrimonial visa à redução de perdas no patrimônio da Companhia caso esses cenários se realizem.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o patrimônio, a Companhia e os seus fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações (exemplo: BOVA11), posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A partir de análises sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, o Conselho de Administração define os parâmetros de *hedge* a serem adotados. Atualmente, os limites estipulados pelo Conselho de Administração para proteção de patrimônio são de 0% a 5% do patrimônio líquido, a valor de mercado, líquido de imposto (para os ativos com preços de mercado disponíveis). Após aprovado pelo Conselho de Administração, fica a cargo da Diretoria a implementação dos instrumentos de proteção dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração. Esses parâmetros são revistos periodicamente nas reuniões do Conselho de Administração e podem ser maiores ou menores do que os limites estabelecidos acima.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, estes são monitorados pelos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

- Conselho de Administração: O Conselho de Administração define, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia, os investimentos e desinvestimentos relevantes

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a serem realizados, nível (faixa) de proteções a serem adotadas para os ativos da Companhia, endividamento e alocação de garantias.

- Diretoria Estatutária: A Diretoria da Companhia executa, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração, os investimentos e desinvestimentos, aumento e diminuição de proteções de seus ativos, endividamento e alocação de garantias, e estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*.
- Gerência de Compliance: Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração, monitoramento e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das políticas, normas e práticas da Companhia. A Gerência de *Compliance* responde à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Administração entende que a estrutura operacional e de controles internos da Companhia anteriormente descrita é adequada. A Administração da Companhia se reúne periodicamente para acompanhar, analisar e avaliar o desempenho de seus ativos e os riscos da Companhia, de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação desses riscos.

Cabe à Administração da Companhia monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, deliberando sobre e supervisionando a execução das recomendações de aprimoramento de práticas e procedimentos que entender necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Estatutária é responsável por estabelecer e revisar a gestão de controles internos, implementada pela Gerência de Compliance, de forma a assegurar a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia com informações corretas, verdadeiras e confiáveis.

O processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, durante o qual são avaliados os aspectos financeiros, operacionais, e de tecnologia das informações da Companhia, visa a garantir a confiabilidade dos relatórios produzidos.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”).

Em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a EY declarou que, em sua opinião, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração avaliou os controles internos aplicados durante o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e concluiu que os mesmos são eficazes.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Em sua estrutura organizacional, a Companhia possui as seguintes áreas e órgãos da Administração responsáveis pelo gerenciamento e aprimoramento dos controles internos adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Conselho de Administração: de acordo com o artigo 12, inciso VI do Estatuto Social da Companhia, e com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração da Companhia a escolha e a destituição dos auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Ainda, o Conselho de Administração deve sempre manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas dos Administradores, e assegurar a elaboração confiável das demonstrações financeiras da Companhia, bem como a organização da estrutura organizacional.
- Diretoria Estatutária: Dentre as suas atribuições, a Diretoria da Companhia estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*, visando a garantir a sua eficácia e a confiabilidade do processo de elaboração das demonstrações financeiras. A Diretoria responde para o Conselho de Administração da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Gerência de Compliance: Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia, ao atuar no acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, visando a garantir a correta divulgação das informações, de acordo com as normas e práticas contábeis vigentes. A Gerência de *Compliance* responde à Diretoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo que a Gerência de *Compliance* é responsável pela implementação, gestão, monitoramento e acompanhamento desses controles internos.

Portanto, a avaliação contínua dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras envolve um processo consolidado e sistematicamente supervisionado, inicialmente, pela Diretoria, e, posteriormente, pelo Conselho da Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os trabalhos realizados pelo auditor independente no relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não apontaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia relativos à elaboração de suas demonstrações financeiras.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito no item 5.3 (d) acima, não foram apontadas deficiências significativas no relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia, pelas razões descritas no item “d” abaixo, não possui, atualmente, regras, políticas, procedimentos ou práticas formalizadas com foco na prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, tampouco órgãos ou estruturas internas que se destinem diretamente a essas finalidades. No entanto, a Companhia possui Gerência de *Compliance* que é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das políticas, normas e práticas da Companhia.

A Companhia também não possui um código de ética ou conduta formalmente aprovado.

Não obstante, a Companhia realça que preza pela observância dos princípios éticos e pelo estrito respeito às normas legais e regulamentares no desenvolvimento de suas atividades e nos relacionamentos com terceiros, especialmente no tocante à administração pública e seus representantes.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia não possui um canal de denúncias formalizado.

Em razão de suas características particulares, notadamente o fato de se tratar de uma sociedade de participações (*holding*), que possui toda sua estrutura administrativa centralizada em um único escritório, onde todos os funcionários têm acesso direto à média e alta Administração, além de não possuir contato significativo com a administração pública em seus negócios e atividades cotidianas, a Companhia ainda assim possui uma Gerência de *Compliance* para gerir, monitorar e receber eventuais denúncias de não conformidade, fraudes, ilícitos e práticas antiéticas por parte dos seus funcionários.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não possui procedimentos específicos e formalizados para a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias.

Entretanto, na ocasião de tais operações, a Companhia adotará procedimentos de *due diligence* para identificar eventuais vulnerabilidades, riscos e irregularidades em seu âmbito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Em razão das características particulares da Companhia, notadamente o fato de se tratar de uma sociedade de participações (*holding*) e não possuir contato significativo com a administração pública em seus negócios e atividades cotidianas, a Companhia ainda assim possui uma Gerência de *Compliance* para gerir, monitorar e receber eventuais denúncias de não conformidade, fraudes, ilícitos e práticas antiéticas por parte dos seus funcionários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada que não estejam refletidas neste Formulário de Referência.

A Companhia ressalta, contudo, que no ano de 2020 a economia global tem sido sensivelmente afetada pelos efeitos da pandemia da COVID-19.

A esse respeito, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e, de acordo com a evolução e os desdobramentos da pandemia, avaliará a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração de seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

Reforça-se que, como descrito no item 4.1, por se tratar de sociedade de participações (*holding*), o resultado da Companhia depende dos resultados e operações de suas investidas. Nesse sentido, caso os resultados e operações das investidas sejam afetados de modo relevante pelos efeitos da pandemia da COVID-19, há expectativa de aumento no grau de exposição de riscos da Companhia.

Os riscos relacionados às suas principais investidas, Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., bem como expectativas de variação nas respectivas exposições das sociedades, podem ser encontradas nos respectivos formulários de referência e estão disponíveis para consulta nos sites www.klabin.com.br, www.ultra.com.br e www.cvm.gov.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores da Seção 5 deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	22/12/1947
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/05/1980

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Fundada por Olavo Egydio de Souza Aranha e Alberto Monteiro de Carvalho, a Monteiro Aranha S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades como firma de engenharia e construção e, paulatinamente, tornou-se uma sociedade de participações (*holding*) com sócios nacionais e estrangeiros tendo, em 1947, adquirido sua configuração atual.

A Companhia abriu capital em 31 de maio de 1989 e, em 27 de dezembro de 1991, passou por reestruturação societária, através de cisão parcial do patrimônio líquido, o que permitiu concentrar as participações acionárias mais atrativas para o público investidor e de relevância em setores estratégicos da economia nacional, entre as quais:

- Cia. Industrial São Paulo e Rio – CISPER – participação de 20,60%;
- Ericsson Telecomunicações S.A. – participação de 12,57%, sendo 3,73% diretamente e 8,84% através da Matel Participações e Administração S.A.;
- IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. – participação de 19,15%;
- Matel Participações e Administração S.A. – participação de 52,00%;
- Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. – MATEC – participação de 30,01%; e
- Oxiteno S.A. – Indústria e Comércio – participação de 14,88%.

Cisper

Em 1917, a Companhia comprou uma pequena fábrica de vasilhames de vidro no Rio de Janeiro e instalou a primeira máquina automática para a produção de vasilhames no país. Esta empresa originou a Cia. Industrial São Paulo e Rio – CISPER.

Em 1962, 80% das ações da Cisper foram vendidas a Owens Illinois, ficando a Companhia com participação de 20%.

Em 2011, a Companhia vendeu sua participação remanescente na Cisper para Owens Illinois para voltar a investir no mercado imobiliário.

Klabin S.A.

Em 1941, a Companhia formalizou sua entrada nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (“IKPC”), participando como sócia na construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel do País, em Monte Alegre (PR).

Em 1960, a Companhia entrou na sociedade para constituição da Papel e Celulose Catarinense Ltda (PCC). Em 1979 o controle desta empresa foi transferido à IKPC, que teve seu capital aberto na Bovespa.

Posteriormente, após diversas reorganizações societárias nas empresas Klabin, a IKPC mudou sua razão social para Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. em 1986, sendo incorporada à Klabin S.A.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

em 2001. Ao final daquele ano, a Companhia possuía 20% do capital social votante e 10,5% do capital social total da Klabin S.A.

Em 2014, a Companhia alienou parte de suas ações com objetivo de subscrever debêntures emitidas por Klabin S.A, com objetivo de financiar a expansão da empresa. Foram subscritas 1,6 milhões de debêntures (que, após *split*, passaram a ser 8,0 milhões de debêntures), totalizando o valor de R\$ 100 milhões. No mesmo período, a Companhia converteu a totalidade de suas ações em *units*. Após a conversão da totalidade de suas ações (ON e PN) em *units* de Klabin S.A. e alienações de parte de suas ações e *units*, a Companhia passou a deter uma participação de 6,81% do capital social da Klabin S.A. no final do exercício social de 2016.

Em 31 de janeiro de 2018, as 1,6 milhões de debêntures da Klabin S.A. foram convertidas em *units* na proporção de 5 *units* por debenture, totalizando 8,0 milhões de *units*, passando a deter 6,62% do capital social da Klabin S.A.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 6,48% do capital social da Klabin S.A.

Volkswagen do Brasil S.A.

Em 1953, em parceria com a Volkswagen Aktiengesellschaft (V.W.A.G.), a Companhia fundou a Volkswagen do Brasil S.A., um dos maiores negócios do Brasil na época, ficando a Monteiro Aranha S.A. com 20% da nova empresa.

Em 1980, houve a alienação de metade de sua participação no capital da Volkswagen do Brasil para o governo do Kuwait. Em dezembro de 1986, através de uma de suas controladas, foi feita uma operação de permuta do restante de ações de Volkswagen do Brasil por ações da Volkswagen Aktiengesellschaft (V.W.A.G.), que em seguida foram alienadas.

Ultrapar Participações S.A.

Em 1970, a Companhia, em uma associação com a Ultrapar e os grupos Petroquisa e International Finance Corporation (IFC) fundou a Oxiteno S.A. Com sua primeira planta no Polo Petroquímico de Mauá (SP), a Oxiteno foi pioneira na produção de óxido de eteno e derivados no Brasil. Na época, a participação da Companhia no capital da Oxiteno era de 14%.

Através de algumas aquisições e após o cancelamento de ações em tesouraria em 1999 e 2000, a participação da Companhia na Oxiteno atingiu 19,01% do capital total. Com a reestruturação societária da Ultrapar em 2002, a Ultrapar passou a deter 100% do capital total da Oxiteno, com a Companhia permutando sua participação na Oxiteno por 10,17% de participação no capital votante e 9,66% do capital social da Ultrapar.

Em abril de 2005, a Ultrapar concluiu a oferta primária distribuindo novas ações preferenciais e a oferta secundária distribuindo ações preferenciais de titularidade da Companhia e outros acionistas. Com a

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

conclusão da oferta primária e secundária, a Companhia passou a deter 7,67% do capital social da Ultrapar, mantendo inalterada sua participação no capital votante de 10,54%.

Em 2007, buscando a expansão dos negócios da Ultrapar para o mercado de distribuição de combustíveis, a Ultrapar adquiriu a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (“Ipiranga”) através da incorporação de suas ações. No processo de aquisição, foram emitidas 55 milhões de ações preferenciais da Ultrapar, de forma que o *free float* passou a representar 64% do capital social da companhia. A Companhia não participou desse aumento de capital e sua participação no capital social na Ultrapar foi diluída, passando para 4,57%. Sua participação no capital votante, de 10,54% permaneceu inalterada.

Em 2011, os acionistas da Ultrapar aprovaram a adesão da empresa ao segmento de listagem Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a nova redação do Estatuto Social e a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias, garantindo o fortalecimento da estrutura de governança. Com a conversão, a Companhia passou a deter 4,57% do capital votante e total da Ultrapar.

Em 2013 e 2014, a Ultrapar, visando às potenciais sinergias com seus outros negócios e com o objetivo de ingressar no mercado de varejo farmacêutico, associou-se com a Extrafarma através da incorporação das ações da Extrafarma, que resultou em um aumento de capital com emissão de novas ações da Ultrapar. A Companhia não participou desse aumento de capital e, portanto, sua participação no capital total da Ultrapar foi diluída para 4,47%.

Em 2015, com a conclusão do programa de recompra de ações de própria emissão pela Ultrapar, a participação de Companhia no capital total da Ultrapar aumentou para 4,55%.

Ao final do exercício social de 2019, a Monteiro Aranha S.A. detinha uma participação de 4,10% do capital total da Ultrapar.

Ericsson Telecomunicações S.A. (nova denominação social de Ericsson do Brasil S.A.)

A aquisição do controle acionário da Ericsson do Brasil S.A. efetuou-se no âmbito da política nacional de telecomunicações vigente à época, que determinava a obrigatoriedade do controle por capitais nacionais de empresas de telecomunicação. Para tanto, foi criada uma empresa holding, a Matel Participações e Administração S.A., na qual participaram a Companhia e a Atlântica Boavista, depois Bradesco Seguros. Em 02 de setembro de 1998, a Companhia alienou as suas ações preferenciais nominativas da Ericsson do Brasil S.A. em bolsa e, em 15 de junho de 1999, a Companhia alienou as suas ações do capital da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. – MATEC para a Ericsson do Brasil S.A. A controlada em conjunto Matel Participações e Administração S.A. foi extinta em 31 de julho de 1999.

Banco InterAtlântico S.A./Banco Boavista S.A.

Em 18 de setembro de 1997, os acionistas do Banco InterAtlântico promoveram um aumento de capital no valor equivalente a US\$ 110,0 milhões, inteiramente integralizado pela Companhia e pelo Banco

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Espírito Santo e Comercial de Lisboa, elevando o patrimônio líquido do banco para US\$ 232,0 milhões. Em seguida, no dia 19 de setembro, o Banco InterAtlântico adquiriu o Banco Boavista por valor nominal e o capitalizou.

Em 1998, a Companhia efetuou uma nova subscrição de capital no Banco Boavista InterAtlântico S.A. através da InterAtlântico S.A. no total de US\$ 28,7 milhões e adquiriu ações da controladora do Banco InterAtlântico no valor de R\$ 16,1 milhões, que tem como principal ativo a participação no capital social da InterAtlântico S.A. Após essa aquisição, a Companhia passou a deter uma participação indireta no Banco Boavista InterAtlântico S.A. de 30,80%.

A Companhia não participou de aumento de capital de R\$ 191,2 milhões no InterAtlântico S.A. em junho de 1999 e, como consequência, passou a deter uma participação de 14,30%.

Em 08 de dezembro de 2000, o Banco Bradesco S.A. incorporou 100% do Banco Boavista InterAtlântico S.A., convertendo-se o banco, dessa forma, em subsidiária integral do Bradesco.

Outras participações:

Telecel Participações Ltda.

A sociedade foi constituída em 23 de abril de 1992 tendo como objeto social a participação em sociedades que tenham por objeto a implantação, prestação e operação de serviços de telecomunicações sem fio.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 33,4% do capital social da Telecel Participações Ltda.

Timbutuva Empreendimentos Ltda.

A sociedade foi constituída em 17 de dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários.

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 99,9% do capital social da Timbutuva Empreendimentos Ltda.

Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A sociedade foi constituída em 12 de abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, Subdistrito Capela do Socorro, na Capital do Estado de São Paulo.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 10% do capital social da Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.

Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008, sob a denominação social de Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A., tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração. Através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2014, foi transformada em sociedade limitada e seu objeto social foi alterado para desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário. Em 13 de agosto de 2014, foi transformada novamente em sociedade anônima.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 99,9% do capital social da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial situado no bairro de Realengo, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2019, a Companhia alienou toda sua participação na sociedade.

Mapisa I S.A.

A sociedade foi constituída em 01 de junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., uma participação de 50% do capital social da Mapisa I S.A.

Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em 30 de junho de 2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, o empreendimento comercial localizado no Centro do Rio de Janeiro, "Torre 1º de Março".

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., a totalidade do capital social da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

A sociedade foi constituída em 04 de novembro de 2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro de Cachambi, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., uma participação de 40% do capital social da Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

M. A. Investimentos Imobiliários S.A.

A sociedade foi constituída em 16 de dezembro de 2013 e tem como objeto social participar em empresas, como sócia ou acionista, do setor imobiliário. Em dezembro de 2018, a investida M.A. Investimentos Imobiliários S.A. foi extinta por decisão de seus sócios.

Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

A sociedade foi constituída em 06 de janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 99,9% do capital social da Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em 21 de janeiro de 2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, em Ipanema, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., uma participação de 52% do capital social da MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.

PRS XXIV Incorporadora S.A.

A sociedade foi constituída em 03 de março de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., uma participação de 71,5% do capital social da PRS XXIV Incorporadora S.A.

Masa Mineração Ltda.

A sociedade foi constituída em 28 de abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados, e participação em outras sociedades.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 99,9% do capital social da Masa Mineração Ltda.

Hesa 159 – Investimentos Imobiliários S.A.

A sociedade foi constituída em 18 de fevereiro de 2013 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial/comercial na Capital do Estado de São Paulo.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha, através de sua controlada Mapisa S.A., uma participação de 25% do capital social da Hesa 159 – Investimentos Imobiliários S.A.

Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

A sociedade foi constituída em 15 de janeiro de 2013 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão de carteiras de Títulos e Valores Mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da CVM, e consultoria empresarial estratégica.

A Companhia adquiriu 90% do capital social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. em outubro de 2015. Em setembro de 2019, a Companhia alienou toda sua participação na investida.

Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda

A sociedade foi constituída em 31 de julho de 1998 e tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza.

A Companhia adquiriu 15% do Capital Social da Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda. em 20 de dezembro de 2018.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 15% do capital total da Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

A sociedade foi constituída em 23 de setembro de 2005 e tem como objeto social a atuação na exploração de atividades agrícola, pecuária e florestal.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia detinha uma participação de 7,83% do capital social da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas através do seu fundo exclusivo FIA Bergen.

CSHG Bucareste III FIA Investimento no Exterior – FIA Bucareste III

Em 07 de maio de 2012, foi constituído, com recursos próprios da Companhia, o Fundo de Investimento Bucareste III FIA. Em 02 de maio de 2019, o FIA Bucareste III foi liquidado.

Bergen Fundo de Investimento de Ações – BDR Nível I – Investimento no exterior – FIA Bergen

Em 18 de dezembro de 2014, foi constituído o Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, fruto da cisão do Oslo Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado (FIM Oslo) – fundo liquidado e encerrado em dezembro de 2017.

Em 22 de novembro de 2017, o FIM Bergen teve sua denominação social alterada para Bergen Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior (FIA Bergen).

Em 10 de setembro de 2018, a gestão do FIA Bergen passou a ser exercida pela Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda.

Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior – FIA Narvik

Em 05 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade do Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior através do aporte da totalidade dos BDRs de propriedade de seu fundo exclusivo FIA Bergen.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A **MONTEIRO ARANHA S.A.** possui sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto:

- I. A participação em outras sociedades como acionista, quotista ou sócia, mesmo quando não for meio de realizar o objeto social;
- II. Realização de negócios ou serviços relativos à engenharia civil, construção e incorporações;
- III. Execução de serviços públicos por concessão ou empreitada, por conta própria ou de terceiros;
- IV. Prática de atos de intermediação comercial, por conta própria ou na qualidade de agente, representante ou consignatário;
- V. Exploração de indústria, existente ou a ser constituída, mediante prévia reforma estatutária para expressa indicação do tipo ou objeto da indústria a ser explorada;
- VI. Importação e exportação de bens e serviços;
- VII. Realização, por conta própria ou de terceiros, de estudos e projetos de investimentos agrícolas, industriais ou financeiros.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Monteiro Aranha S.A., as de suas controladas, e de seus fundos exclusivos.

Observado que a participação em outras sociedades é a principal atividade da Companhia, destacam-se abaixo as participações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Participação	Participação no capital social (%)		
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<u>Empresas controladas</u>				
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	99,99	99,99	99,99
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	99,99	99,99	99,99
M. A. Investimentos Imobiliários S.A.	Direta	-	-	75,00
Magisa Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.	Direta	99,99	100,00	80,00
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda	Direta	99,99	99,99	99,99
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda	Direta	-	90,00	90,00
<u>Fundos Exclusivos consolidados na controladora</u>				
CSGH Bucaresta III FIA Investimento no Exterior	Direta	-	100,00	100,00
Bergen Fundo de Investimento de Ações – BDR Nível I - Investimento no Exterior	Direta	100,00	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00	-

Em complemento, seguem abaixo as principais informações relativas às sociedades investidas da Companhia.

Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008, sob a denominação social de Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A., tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração. Através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2014, foi transformada em sociedade limitada e seu objeto social foi alterado para desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário. Em 13 de agosto de 2014, foi transformada novamente em sociedade anônima

Timbutuva Empreendimentos Ltda.

A sociedade foi constituída em 17 de dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários.

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

M. A. Investimentos Imobiliários S.A.

A sociedade foi constituída em 16 de dezembro de 2013 e tem como objeto social participar em empresas, como sócia ou acionista, do setor imobiliário. Em dezembro de 2018, a sociedade foi extinta por decisão de seus sócios.

MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

A sociedade foi constituída em 06 de janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em 30 de junho de 2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, o empreendimento comercial localizado no Centro do Rio de Janeiro, "Torre 1º de Março".

Masa Mineração Ltda.

A sociedade foi constituída em 28 de abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados, e participação em outras sociedades.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda.

A sociedade foi constituída em 15 de janeiro de 2013 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da CVM, e consultoria empresarial estratégica.

A Companhia adquiriu 90% do capital social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. em outubro de 2015. Em setembro de 2019, a Companhia alienou toda sua participação na investida.

CSHG Bucareste III FIA Investimento no Exterior

Em 07 de maio de 2012, foi constituído, com recursos próprios da Companhia, o Fundo de Investimento Bucareste III FIA. Em 02 de maio de 2019, o FIA Bucareste III foi liquidado.

Bergen Fundo de Investimento de Ações – BDR Nível I – Investimento no exterior

Em 18 de dezembro de 2014, foi constituído o Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, fruto da cisão do Oslo Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado (FIM Oslo).

Em 22 de novembro de 2017, o FIM Bergen teve sua denominação social alterada para Bergen Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior (FIA Bergen).

Em 10 de setembro de 2018, a gestão do FIA Bergen passou a ser exercida pela Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda.

Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior

Em 05 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade do Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior através do aporte da totalidade dos BDRs de propriedade de seu fundo exclusivo FIA Bergen.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável, considerando que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Considerando que a participação em outras sociedades é o único segmento operacional da Companhia, e o fato de que, desta forma, as receitas operacionais da Companhia são, majoritariamente, de equivalência patrimonial, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada.

a) Produtos e serviços comercializados

Não aplicável à Monteiro Aranha S.A por tratar-se de uma sociedade de participações (*holding*).

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita operacional da Companhia provém substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro ou prejuízo operacional da Companhia é oriundo majoritariamente do seu único segmento operacional, que é a participação em outras sociedades.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Não aplicável, considerando que a Companhia, na prática, tem como único segmento operacional a participação em outras sociedades, conforme o item 7.2.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

A Companhia por ser sociedade de participações (*holding*), não possui clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Considerando o seu objeto social, a Companhia não depende de autorização governamental específica para o exercício de suas atividades.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), não tendo clientes relevantes, conforme informado na Seção 7.4. A receita operacional da Companhia é proveniente substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia não possui receita proveniente de clientes atribuídos a países estrangeiros.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia não possui receita relevante proveniente de países estrangeiros.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não obtém receitas relevantes de outros países, não estando, portanto, sujeita a regulação estrangeira em suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não divulga informações sociais ou ambientais.

Ressalta-se, todavia, que a Companhia incentiva políticas socioambientais, projetos sustentáveis e culturais por meio de suas coligadas e controladas, especialmente a Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e a Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br).

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve qualquer aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Nos últimos 3 exercícios sociais, não foram celebrados, pela Companhia ou suas controladas, contratos relevantes com terceiros que não sejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Os bens constantes no Ativo Não Circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia são os investimentos em controladas e coligadas apresentados na seção a seguir.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Processamento de Dados	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos Telefônicos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui diretamente patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestar serviços de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e consultoria empresarial estratégica, exceto consultoria técnica específica.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	2.690.000,00	Valor contábil	31/12/2019	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento. (A Companhia deixou de deter participação na Charles River em 30-set-2019)								
KLABIN S.A.	89.637.490/0001-45	126-5	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria de papel, celulose, embalagem, florestamento e reflorestamento.	6,480000
				Valor mercado		31/12/2019	1.297.517.000,00	
31/12/2019	-5,726665	15,318649	62.320.000,00	Valor contábil	31/12/2019	402.319.000,00		
31/12/2018	-13,366572	0,375396	54.322.000,00					
31/12/2017	0,572892	-0,699827	48.717.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	19.700.405/0001-60	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	1,00		

31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								
MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como beneficiamento e comercialização de minérios em geral e seus derivados.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	-54,545455	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	5.000,00		
31/12/2018	-26,666667	0,000000	0,00					
31/12/2017	25,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestadora de serviços de assessoria, consultoria e administração em relação a investimentos no mercado imobiliário. Alterado o objeto da sociedade para Desenvolvimento e incorporações de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	60,925306	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	103.306.000,00		
31/12/2018	-30,610502	0,000000	0,00					
31/12/2017	-15,106078	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.	09.586.565/0001-77	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Promover, mediante incorporação, construção, realização e venda de empreendimento imobiliário residencial, do imóvel situado em Realengo – Rio de Janeiro.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	680.000,00	Valor contábil	31/12/2019	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)				
Telecel Participações Ltda.	40.430.688/0001-64	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participações Societárias	33,330000	
				Valor mercado					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	28.000,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Estratégia de Investimento.									
Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação em empreendimentos imobiliários e participações em outras sociedades.	99,990000	
				Valor mercado					
31/12/2019	-0,073086	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	10.938.000,00			
31/12/2018	0,009137	0,000000	0,00						
31/12/2017	-0,282434	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Estratégia de Investimento									
Ultrapar Participações S/A	33.256.439/0001-39	184-6	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Industrial, Comercial e Outras	4,100000	
				Valor mercado		31/12/2019	1.166.828.000,00		
31/12/2019	1,303920	-3,708233	25.432.000,00	Valor contábil	31/12/2019	397.782.000,00			
31/12/2018	-0,774524	-29,360071	33.345.000,00						
31/12/2017	3,768123	3,879066	41.256.000,00						

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	07.965.115/0001-60	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empreendimentos Imobiliários	10,000000
							Valor mercado	
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil 31/12/2019	1,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Estratégia de Investimento								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 9.1.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2019, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 576 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 16 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 215 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 93 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 8 milhões) e financiamentos (R\$ 105 milhões). O passivo não circulante era de R\$ 422 milhões composto, majoritariamente, por financiamentos (R\$ 249 milhões) e tributos diferidos (R\$ 163 milhões). O capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$ 1.068 milhões no final do exercício social de 2019.

Comparativo entre o ano base 2019 e o ano base 2018

Em 2019, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.068 milhões (R\$ 1.138 milhões em 2018), uma variação negativa de R\$ 70 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 133 milhões e um aumento no passivo de R\$ 203 milhões.

Ao final do exercício de 2019, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 576 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 16 milhões. Em 2018, esse valor era de R\$ 503 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 215 milhões, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 93 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 8 milhões) e empréstimos e financiamentos (R\$ 105 milhões), contra R\$ 153 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto principalmente por obrigações com operações financeiras (R\$ 120 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e empréstimos e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 422 milhões, composto, principalmente, por financiamentos (R\$ 249 milhões) e tributos diferidos (R\$ 163 milhões) contra R\$ 282 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto principalmente por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 101 milhões em 2019 comparado com R\$ 45 milhões em 2018, um acréscimo de 124%, explicado principalmente (i) por um maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 7 Milhões) principalmente pelos maiores resultados da coligada Klabin S.A (R\$ 36 milhões) e das controladas em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A (R\$ 2 milhões) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente pelo menor resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 33 milhões), (ii) pelo maior resultado de outras receitas/ despesas líquidas (R\$ 16 milhões), (iii) pelo maior resultado no valor realizável líquido de estoque (R\$ 11 milhões) e (iv) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 15 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparativo entre o ano base 2018 e o ano base 2017

Em 2018, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.138 milhões (R\$ 1.322 milhões em 2017), uma variação negativa de R\$ 184 milhões, explicada por uma redução nos ativos de R\$ 56 milhões e um aumento no passivo de R\$ 128 milhões.

Ao final do exercício de 2018, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 503 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2017, esse valor era de R\$ 493 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 155 milhões contra R\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 122 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 282 milhões contra R\$ 146 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 41 milhões em 2018 comparado com R\$ 141 milhões em 2017, um decréscimo de 71%, explicado principalmente (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial das coligadas Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 56 milhões), (ii) por menores outras receitas/despesas operacionais (R\$ 14 milhões) e (iii) por maiores impostos diferidos devido à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia (R\$ 32 milhões).

Comparativo entre o ano base 2017 e o ano base 2016

Em 2017, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.322 milhões (R\$ 1.304 milhões em 2016), uma variação positiva de R\$18 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 63 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 45 milhões.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2016, esse valor era de R\$ 403 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões contra R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 146 milhões contra R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 141 milhões em 2017 comparado a R\$ 211 milhões em 2016, um decréscimo de 33%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial da coligada Klabin S.A. (R\$ 147 milhões) e por outras despesas operacionais maiores (R\$ 64 milhões) devido, principalmente, a redução do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A.

b) estrutura de capital

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, era adequada para suprir as suas necessidades. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 1.068 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 354 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 575 milhões, consequentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 221 milhões.

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

	R\$ milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital de terceiros curto prazo	105	8	12
Capital de terceiros longo prazo	249	146	51
Total do capital de terceiros	354	154	63
Total do capital próprio	1068	1138	1322
Total do patrimônio líquido	1068	1138	1322

Endividamento

Em dezembro de 2019, os valores do endividamento de R\$ 354 milhões são compostos (i) pelos valores de R\$ 200 milhões captados via emissão de 200.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento, a partir de Junho de 2023, em quatro parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (ii) pelo saldo de R\$ 54 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e por fim, (iii) pelo empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Em dezembro de 2018, o endividamento de R\$ 154 milhões refere-se ao saldo de R\$ 56 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado à construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e ao empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em dezembro de 2017, o endividamento de R\$ 63 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2019, 2018 e 2017, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores aos financiamento e empréstimo contraídos, conforme exposto acima. Além disso, a Administração da Companhia entende que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem contribuir com recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros, financiamento e empréstimos, emissão de debêntures, venda de ativos e geração de caixa de seus investimentos através principalmente do recebimento de proventos de suas coligadas.

Em 2019, a Companhia fez a emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Também em 2019 a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. assinou o Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças que alongou o prazo de pagamento do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças contratado em 2017 no valor total de R\$61 milhões para ser pago em 68 parcelas mensais com a primeira parcela em 2020.

Em 2018, a Companhia contratou empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Os recursos provenientes do financiamento, dos empréstimos e da emissão de debêntures acima foram direcionados para investimentos, operações financeiras e capital de giro da Companhia.

No decorrer do exercício social de 2017, a Companhia não contratou novos financiamentos ou empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos a Administração acredita que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais para capital de giro ou investimento, com taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, operações a termo, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2019.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia possui um contrato de financiamento e dois contratos de empréstimos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; a) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças". O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento "Torre 1º de Março". Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). A quitação do empréstimo ocorrerá em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em maio de 2019; b) Contrato de Empréstimo Internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano; c) Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Em janeiro de 2020, a Companhia, aproveitando as condições de mercado, vendeu suas participações nos fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3. Com essa venda, os compromissos de investimento que a Companhia possuía com esses fundos, que totalizavam R\$ 36 milhões ao final do exercício de 2019, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento em Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

iii. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:**

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas, em relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas e à distribuição de dividendos. Em relação a emissão de novos valores mobiliários, existe restrição por um período de quatro meses a contar do encerramento da emissão do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações ocorrido em novembro de 2019 do mesmo tipo de debêntures. Em relação à alienação de ativos e à alienação de controle societário, existe restrição à venda das ações dadas em garantia e à alienação ou troca do controle societário no Contrato de Empréstimo Internacional assinado em outubro de 2018 e no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019. A Companhia vem cumprindo com as restrições acima mencionadas.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito acima, os financiamentos contratados pela Companhia são:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. De Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). A quitação do empréstimo ocorrerá em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em Maio de 2019; b) Contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100.000) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano; c) Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Os recursos provenientes dos financiamentos contratados pela Companhia já foram desembolsados em sua totalidade.

a) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros a seguir representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIAÇÕES - AH	
	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2019 e	31/12/2018 e
							31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	62.017	99%	55.214	94%	110.835	98%	12%	-50%
Outras receitas	926	1%	3.268	6%	1.966	2%	-72%	66%
	<u>62.943</u>	<u>100%</u>	<u>58.482</u>	<u>100%</u>	<u>112.801</u>	<u>100%</u>	<u>8%</u>	<u>-48%</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(50.095)	-80%	(50.940)	-87%	(41.484)	-37%	-2%	23%
Outras receitas operacionais, líquidas	40.317	64%	13.012	22%	27.375	24%	210%	-52%
	<u>(9.778)</u>	<u>-16%</u>	<u>(37.928)</u>	<u>-65%</u>	<u>(14.109)</u>	<u>-13%</u>	<u>-74%</u>	<u>169%</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>53.165</u>	<u>84%</u>	<u>20.554</u>	<u>35%</u>	<u>98.692</u>	<u>87%</u>	<u>159%</u>	<u>-79%</u>
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	299.808	476%	199.045	340%	101.981	90%	51%	95%
Despesas financeiras	(225.263)	-358%	(139.901)	-239%	(54.329)	-48%	61%	158%
	<u>74.545</u>	<u>118%</u>	<u>59.144</u>	<u>101%</u>	<u>47.652</u>	<u>42%</u>	<u>26%</u>	<u>24%</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>127.710</u>	<u>203%</u>	<u>79.698</u>	<u>136%</u>	<u>146.344</u>	<u>130%</u>	<u>60%</u>	<u>-46%</u>
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(817)	-1%	(685)	-1%	(730)		19%	
IRPJ e CSLL diferido	(26.324)	-42%	(34.035)	-58%	(1.903)	-2%	-23%	1688%
	<u>(27.141)</u>	<u>-43%</u>	<u>(34.720)</u>	<u>-59%</u>	<u>(2.633)</u>	<u>-2%</u>	<u>-22%</u>	<u>1219%</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>100.569</u>	<u>160%</u>	<u>44.978</u>	<u>77%</u>	<u>143.711</u>	<u>127%</u>	<u>124%</u>	<u>-69%</u>
Participação de minoritários	(437)	-1%	(4.171)	-7%	(2.526)	-2%	-90%	65%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>100.132</u>	<u>159%</u>	<u>40.807</u>	<u>70%</u>	<u>141.185</u>	<u>125%</u>	<u>145%</u>	<u>-71%</u>

AV - Análise VerticalAH - Análise Horizontal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL**
(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2019 e 31/12/2018	31/12/2018 e 31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	158.765	9%	62.460	4%	81.061	5%	154%	-23%
Títulos e valores mobiliários	416.792	24%	440.905	28%	411.688	25%	-5%	7%
Créditos com Operações Financeiras	-	0%	1.483	0%	372	0%	n/a	299%
Juros sobre Debêntures	-	0%	-	0%	10.917	1%	n/a	n/a
Dividendos a receber	13.770	1%	29.774	2%	15.345	1%	-54%	94%
Alienação de investimentos	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Contas a receber	2.261	0%	3.087	0%	3.651	0%	-27%	-15%
Estoque de imóveis a comercializar	791	0%	993	0%	-	0%	-20%	n/a
Impostos a recuperar	17.933	1%	8.492	1%	6.683	0%	111%	27%
Outros	1.025	0%	4.962	0%	2.306	0%	-79%	115%
Total do ativo circulante	611.337	36%	552.156	35%	532.023	33%	11%	4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	528	0%	301	0%	-	0%	75%	n/a
Partes relacionadas	987	0%	2.479	0%	2.538	0%	-60%	-2%
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	103.690	6%	97.700	6%	99.914	6%	6%	-2%
Juros sobre Debêntures	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Outros	3.883	0%	3.865	0%	3.866	0%	0%	0%
Investimentos em controladas e coligadas	842.201	49%	864.505	55%	939.326	58%	-3%	-8%
Propriedade para investimentos	46.205	3%	49.926	3%	49.438	3%	-7%	1%
Outros investimentos	84.954	5%	203	0%	183	0%	41749%	11%
Imobilizado	11.468	1%	1.211	0%	1.311	0%	847%	-8%
Intangível	53	0%	59	0%	92	0%	-10%	-36%
Total do ativo não circulante	1.093.969	64%	1.020.249	65%	1.096.668	67%	7%	-7%
TOTAL DO ATIVO	1.705.306	100%	1.572.405	100%	1.628.691	100%	8%	-3%
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.108	0%	1.324	0%	1.432	0%	-16%	-8%
Impostos e taxas a recolher	4.360	0%	2.032	0%	1.335	0%	115%	52%
Dividendos e JCP a pagar	7.775	0%	17.930	1%	99	0%	-57%	18011%
Provisão para perda de investimentos	-	0%	-	0%	120	0%	n/a	n/a
Fornecedores	460	0%	818	0%	3.340	0%	-44%	-76%
Obrigações com Operações Financeiras	93.101	5%	121.803	8%	141.424	9%	-24%	-14%
Obrigações fundos exclusivos	1.713	0%	2.784	0%	843	0%	-38%	230%
Contas a pagar aquisição de imóveis	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	4.770	0%	8.032	1%	11.504	1%	-41%	-30%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	100.269	6%	9	0%	-	0%	1114000%	-
Debêntures	445	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Arrendamento a Pagar	1.316	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Total do passivo circulante	215.317	13%	154.732	10%	160.097	10%	39%	-3%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	31	0%	0%	0%
Tributo diferido	162.871	10%	132.774	8%	94.106	6%	23%	41%
Adiantamentos de clientes	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	49.069	3%	48.192	3%	51.245	3%	2%	-6%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	-	0%	98.241	6%	-	0%	n/a	n/a
Debêntures	200.000	12%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Arrendamento a Pagar	9.532	1%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Provisão para perda de investimentos	2	0%	123	0%	-	0%	-98%	n/a
Outros	580	0%	580	0%	1.084	0%	0%	-46%
Total do passivo não circulante	422.085	25%	279.941	18%	146.466	9%	51%	91%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	716.838	42%	716.838	46%	716.838	44%	0%	0%
Reservas de lucros	369.372	22%	433.201	28%	610.841	38%	-15%	-29%
Ajustes de avaliação patrimonial	(18.306)	-1%	(15.882)	-1%	(6.387)	0%	15%	149%
Total do patrimônio líquido	1.067.904	63%	1.134.157	72%	1.321.292	81%	-6%	-14%
Participações de minoritários	-	0%	3.575	0%	836	0%	n/a	328%
Total do patrimônio líquido consolidado	1.067.904	63%	1.137.732	72%	1.322.128	81%	-6%	-14%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.705.306	100%	1.572.405	100%	1.628.691	100%	8%	-3%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 62 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2019, representou um acréscimo de R\$ 7 milhões (12%) em relação ao resultado positivo de R\$ 55 milhões em 2018, principalmente pelos maiores resultados da coligada Klabin S.A. (R\$ 45 milhões em 2019 vs. R\$ 9 milhões em 2018) e das controladas em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A (R\$ 0,1 milhões em 2019 vs. - R\$ 2 milhões em 2018) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 1 milhão em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) parcialmente compensado pelo decréscimo de R\$ 32 milhões no resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 16 milhões em 2019 vs. R\$ 48 milhões em 2018).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação positiva de R\$ 1 milhão (1,7%) em despesas gerais e administrativas, entre 2019 e 2018, deveu-se principalmente, as menores despesas com administradores (R\$ 5 milhões) e aluguéis e condomínios (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente por maiores despesas com pessoal e serviços prestados (R\$ 4 milhões) e tributos (R\$ 1 milhão).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação positiva de R\$ 16 milhões (86%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2019 e 2018, deveu-se principalmente a um acréscimo de R\$ 5 milhões na alienação de ativos (R\$ 13 milhões em 2019 vs. R\$ 8 milhões em 2018); a receitas de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 11 milhões em 2019 vs. R\$ 1 milhão em 2018) e pelo ajuste a valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 12 milhões em 2019 vs. 0 em 2018) compensados em parte pela redução na receita de royalties (R\$ 0 em 2019 vs. R\$ 7 milhões em 2018) e pela redução do valor justo de propriedades para investimentos (- R\$ 4 milhões em 2019 vs R\$ 0,5 milhões em 2018)

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 15 milhões, entre 2019 (R\$ 75 milhões) e 2018 (R\$ 59 milhões), se deve, principalmente, aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação positiva do imposto de renda e contribuição social de R\$ 8 milhões, entre 2019 (-R\$ 26 milhões) e 2018 (-R\$ 34 milhões), refere-se à reversão dos tributos diferidos devido, principalmente, a realização do resultado tributável do CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior e a realização do resultado tributável parcial do Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I – Investimento no Exterior.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 55 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2018, representou um decréscimo de R\$ 56 milhões (50%) em relação ao resultado positivo de R\$ 111 milhões em 2017, devido, aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 9 milhões (23%) em despesas gerais e administrativas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente, às maiores despesas com PIS/COFINS corrente, em consequência de maiores receitas financeiras (R\$ 2 milhões) e PIS/COFINS diferido, referente aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depository Receipts*) (R\$ 4 milhões), e outras despesas gerais do empreendimento “Torre 1º de Março” da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 2 milhões).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 14 milhões (52%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., contabilizada em 2017, parcialmente compensada pelo menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 11 milhões, entre 2018 (R\$ 59 milhões) e 2017 (R\$ 48 milhões), se deve, principalmente, (i) aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 32 milhões, entre 2018 (-R\$ 34 milhões) e 2017 (-R\$ 2 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia em 2018.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

A variação positiva de R\$ 96 milhões (154%) do caixa e a variação negativa de R\$ 24 milhões em aplicações, entre 2019 e 2018, decorre, majoritariamente, pelo recebimento da emissão de debêntures realizada pela Companhia (R\$ 200 milhões), do resgate total do CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior (R\$ 63 milhões), da amortização parcial do Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I – Investimento no Exterior (R\$ 81 milhões), pelos pagamentos de proventos no ano de 2019 (R\$ 174 milhões) e liquidação parcial da posição vendida do BOVA 11 (R\$ 83 milhões) em 2019.

Dividendos a Receber

A redução refere-se aos dividendos aprovados de 2018 das investidas Klabin S.A (R\$ 16 milhões) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 11 milhões) recebidos em 2019, e a aprovação de novos dividendos em 2019 das investidas Klabin S.A. (R\$ 11 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 2 milhões), para recebimento em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a Recuperar

A variação positiva de R\$ 9 milhões refere-se, majoritariamente, ao imposto de renda retido nos resgates de cotas do fundo exclusivo CSHG Bucarest III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior ("FIA Bucarest III") e na amortização parcial do fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Bergen").

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 22 milhões (3%), entre 2019 e 2018, decorre principalmente (i) da redução do investimento na Klabin S.A. em virtude do reconhecimento de proventos declarados por essa coligada, em valor superior ao resultado de equivalência patrimonial em 2019 (R\$ 24 milhões), (ii) alienação de Units (R\$ 7 milhões) e reflexo de resultados abrangentes (R\$1 milhão), e (iii) do aumento do investimento na Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. pela integralização de capital social (R\$ 2 milhões).

Outros Investimentos

A variação positiva de R\$ 85 milhões refere-se à aquisição e valorização de participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, investimento avaliado a valor justo, sem influência significativa.

Imobilizado

A variação positiva de R\$ 10 milhões refere-se ao reconhecimento do direito de uso do imóvel alugado da sede da Companhia, em função da adoção inicial do IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 8 milhões refere-se aos juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2019 e pagos em janeiro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 93 milhões em 2019 contra R\$ 120 milhões em 2018, refere-se majoritariamente à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios sociais de 2017 e 2016. No final do exercício social de 2018 a quantidade era de 1.417.730 ações e no final do exercício social 2019 a quantidade era de 764.150 ações.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 105 milhões em 2019 refere-se (i) às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2020 (R\$ 5 milhões) e (ii) à liquidação do contrato de empréstimo internacional a serem pagas no exercício social de 2020 (R\$ 100 milhões).

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos Diferidos

A variação positiva de R\$ 30 milhões (23%), entre 2019 e 2018, refere-se aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 102 milhões (70%), entre 2019 e 2018, refere-se, majoritariamente à movimentação entre as contas do passivo não circulante e do passivo circulante do Contrato de Empréstimo Internacional no valor (R\$ 100 milhões) e a contratação do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, no valor total de R\$ 200 milhões com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Arrendamento a Pagar

A variação positiva de R\$ 10 milhões refere-se ao reconhecimento do passivo das obrigações do imóvel alugado da sede da Companhia, em função da adoção inicial do IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação negativa de R\$ 18 milhões (23%), entre 2018 e 2017, decorre substancialmente da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 29 milhões (7%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia, devido, majoritariamente, pela valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 11 milhões refere-se ao recebimento em 2018 do saldo dos juros sobre as debêntures de Klabin S.A. que foram convertidas em *Units* em janeiro de 2018.

Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Klabin S.A. (R\$ 16 milhões), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 11 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 2 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 75 milhões (8%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente (i) da redução do investimento na coligada Klabin S.A. em virtude do reconhecimento de proventos declarados por essa coligada, em valor superior ao resultado de equivalência patrimonial em 2018 (R\$ 65 milhões), e (ii) dos reflexos referentes a adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 5 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPC 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 17 milhões refere-se aos juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2018 e pagos em janeiro de 2019.

Obrigações com Operações Financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de R\$ 120 milhões em 2018 contra R\$ 141 milhões em 2017 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016. Em 2018 essa quantidade foi reduzida para 1.417.730 ações.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 8 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2019.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Impostos Diferidos

A variação positiva de R\$ 39 milhões (41%), entre 2018 e 2017, refere-se aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 95 milhões (186%), entre 2018 e 2017, refere-se, majoritariamente, ao contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100.000) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *sociedade de participações (holding)*, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de suas controladas e coligadas; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) por receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2019	2018	2017
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 62.017 mil	R\$ 55.214mil	R\$ 110.835mil
Outras receitas operacionais	R\$ 38.655 mil	R\$ 19.033mil	R\$ 103.287mil
Receitas financeiras	R\$ 299.808 mil	R\$ 199.044mil	R\$ 101.981mil

Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., que assegura o direito de a Companhia receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2019, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 62 milhões, sendo que R\$ 15,8 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., R\$ 45,2 milhões provenientes da Klabin S.A., R\$ 1 milhão de outras investidas. Em 2018, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 55,2 milhões, sendo que R\$ 48,5 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., R\$ 9,3 milhões provenientes da Klabin S.A., e - R\$ 2,6 milhões provenientes de outras investidas. Em 2017 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 110,8 milhões, sendo que R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A., R\$ 36,5 milhões provenientes de Klabin S.A., e R\$ 5,6 milhões de outras investidas.

Outras receitas operacionais

Em 2019, as outras receitas operacionais foram de R\$ 38,6 milhões, sendo R\$ 12,8 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 10,9 milhões de receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, R\$ 11,7 milhões de ajuste a valor justo de investimentos, R\$ 2,9 milhões de receita de locação de imóveis e R\$ 0,3 milhões de outras receitas. Em 2018, as outras receitas operacionais foram de R\$ 19,0 milhões, sendo R\$ 7,7 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 7,1 milhões de receita de royalties, R\$ 2,9 milhões de receita de locação de imóveis, R\$ 0,5 milhões referentes à avaliação de propriedades para investimento e R\$ 0,8 milhões de outras receitas. Em 2017, as outras receitas operacionais foram de R\$ 103,3 milhões, sendo R\$ 87,9 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 7,6 milhões de receita de royalties, R\$ 3,2 milhões de receita de locação de imóveis, R\$ 4,4 milhões de referentes à avaliação de propriedades para investimento e R\$ 0,2 milhões de outras receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receitas financeiras

Em 2019, as receitas financeiras foram de R\$ 299,8 milhões, sendo R\$ 253,9 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 16,5 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 5,7 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 22,8 milhões de resultado de derivativos, R\$ 0,1 milhões de aluguel de ações e R\$ 0,8 milhões de outras receitas financeiras. Em 2018, as receitas financeiras foram de R\$ 199,0 milhões, sendo R\$ 174,8 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 8,0 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 6,9 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 6,5 milhões de resultado de derivativos, R\$ 1,4 milhões de aluguel de ações e R\$ 1,4 milhões de outras receitas financeiras. Em 2017, as receitas financeiras foram de R\$ 102,0 milhões, sendo R\$ 77,2 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 14,8 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 5,6 milhões de variação monetária das debêntures da coligada Klabin S.A., R\$ 3,6 milhões de aluguel de ações e R\$ 0,8 milhões de outras receitas financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 41 milhões em 2018 para R\$ 100 milhões em 2019, correspondente a um acréscimo de 124%, explicado principalmente: (i) pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 62 milhões em 2019 vs. R\$ 55 milhões em 2018), devido aos maiores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 45 milhões em 2019 vs. R\$ 9 milhões em 2018), da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 0 em 2019 vs. -R\$ 2 milhões em 2018) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ R\$ 1,2 milhões em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) parcialmente compensados pelo resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 16 milhões em 2019 vs. R\$ 48 milhões em 2018), (ii) por menores outras despesas operacionais (-R\$ 10 milhões em 2019 vs. -R\$ 38 milhões em 2018), devido principalmente, a maiores resultados na alienação de ativos (R\$ 13 milhões em 2019 vs. R\$ 8 milhões em 2018), receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 11 milhões em 2019 vs. R\$ 1 milhão em 2018), e ao ajuste a valor justo de investimentos (R\$ 12 milhões em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) e por fim (iii) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 75 milhões em 2019 vs. R\$ 59 milhões em 2018).

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 141 milhões em 2017 para R\$ 41 milhões em 2018, correspondente a um decréscimo de 71%, explicado principalmente: (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 55 milhões em 2018 vs. R\$ 111 milhões em 2017), devido aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017); (ii)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

por maiores outras despesas operacionais (-R\$ 38 milhões em 2018 vs. -R\$ 14 milhões em 2017), devido principalmente, a maiores despesas com PIS/COFINS, em consequência de maiores receitas financeiras e ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos (R\$ 6 milhões), e pelo menor resultado de Outras Receitas Operacionais (R\$ 14 milhões) devido, majoritariamente, ao menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017); e (iii) parcialmente compensado pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 59 milhões em 2018 vs. -R\$ 48 milhões em 2017).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma *sociedade de participações (holding)*, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas (controladas, controladas em conjunto e coligadas), de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de equivalência patrimonial de suas participações societárias. Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A. e nas participações imobiliárias e que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais controladas e coligadas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial da Companhia afetando desta forma a sua receita operacional. Adicionalmente o resultado operacional da Companhia também é composto pelo ajuste da variação do valor justo em suas outras participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial. Sendo assim qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços em suas participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial e que tenha potencial de afetar o lucro líquido de tais sociedades podem causar um efeito material no ajuste a valor justo do investimento afetando dessa forma a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia (resultado de equivalência patrimonial) decorre diretamente de sua participação nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar. Em 2017, em decorrência da compressão dos valores locatícios observados na Cidade do Rio de Janeiro, a administração da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. ("Novo Rio") contratou uma avaliação independente para auferir o valor de mercado de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

seu ativo imobiliário “Torre 1º de Março”. O laudo apontou um valor realizável do ativo imobiliário de R\$ 88 milhões, abaixo do valor contábil de R\$ 157 milhões, resultando em um ajuste negativo no montante de R\$ 69 milhões. Em 2018, foi realizada nova avaliação em que se verificou que o valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” passou a ser de R\$ 86 milhões, o que gerou ajuste negativo adicional no montante de R\$ 2 milhões. Por fim, na avaliação realizada em 2019, foi verificado que o valor do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” passou a ser de R\$ 93 milhões, gerando um ajuste positivo adicional no valor de R\$ 6 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de suas participações societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. entre outras participações de menor porte, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. e de outras participações de menor porte podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e por consequência a receita operacional da Companhia. Adicionalmente o resultado operacional da Companhia também é composto pelo ajuste da variação do valor justo em suas outras participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial. Sendo assim a inflação, e a variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros impactam o resultado operacional e o resultado financeiro dessas participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial podendo causar um efeito material no ajuste a valor justo do investimento afetando dessa forma a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

Resultado Financeiro

Variação no preço de ações, cotas de fundos e variação cambial (através de fundos exclusivos e fundos não exclusivos) - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras, cotas de fundos e ativos com exposição positiva ao dólar (ex. dólar futuro). Dessa forma, parcela dos resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e do dólar afeta o resultado dos fundos exclusivos e não exclusivos que detêm ações brasileiras e estrangeiras, cotas de fundos e ativos com exposição positiva ao dólar, afetando consequentemente o resultado financeiro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Varição no preço de ações – Índice Bovespa futuro e BOVA 11 – Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia aluga e vende a descoberto ações de BOVA11 e contratos de índice Bovespa futuro. Dessa forma, o resultado referente a estas operações está suscetível à valorização do Índice Bovespa e BOVA11, afetando negativamente o resultado financeiro da Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e fundos de Renda Fixa, a flutuação da taxa de juros pode afetar a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Há também um financiamento atrelado à Taxa Referencial (TR) contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., um empréstimo contraído pela Companhia em moeda estrangeira, convertido para reais e cuja taxa de juros é atrelada à variação do CDI, e debêntures emitidas pela Companhia com remuneração atrelada ao CDI. Desta forma a variação positiva dos juros referentes a tal financiamento, empréstimo e debenture, caso haja, impactam negativamente o resultado financeiro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Extinção de fundo exclusivos

A Companhia realizou a liquidação total das cotas fundo exclusivo CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.264.800 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e capital de giro da Companhia.

(iii) Outras alienações de participações societárias

A Companhia alienou 4.000 ações ordinárias e 1.600.000 ações preferenciais da Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A., representando a totalidade de sua participação na investida.

A Companhia alienou 90.000 cotas da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda, representando a totalidade de sua participação na investida.

(iv) Novas participações

A Companhia atingiu a participação de 7,83% na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, através do FIA Bergen,, sem influência significativa.

A Companhia adquiriu 200.000 cotas do Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shoppings dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como shopping centers.

A Companhia adquiriu 147.327 cotas do Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

(i) Extinção de controladas

A investida M.A. Investimentos Imobiliários S.A. foi extinta por decisão de seus sócios, mediante instrumento de distrato.

(ii) Klabin S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A Companhia alienou 188.700 *units* da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 353.400 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., destas 270.000 para sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu a totalidade do Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“FIA Narvik”) através do aporte da totalidade dos BDRs de propriedade de seu fundo exclusivo FIA Bergen.

A Companhia adquiriu 20.142 quotas, representando 15% do capital da Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. que tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza.

A Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

(i) Extinção de controladas e fundo exclusivo

A investida MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A investida MASA Corretagem de Seguros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A Companhia liquidou e encerrou o Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo a Companhia assumido a carteira de seus ativos e passivos.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 850.100 *units* da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 1.374.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(iv) Novas participações**

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), alterações em práticas contábeis das investidas podem trazer reflexos nos registros desses investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2019, houve a adoção do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos), que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2018, houve adoção pela controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) e pela coligada Ultrapar Participações S.A. do IFRS 9 – CPC 48 e do IFRS 15 – CPC 47 (Receita de contratos com clientes), que impactaram diretamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras do exercício social de 2017 da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas práticas contábeis em 2019 referidas no item “a”, trouxeram o impacto de R\$10 milhões referente a adoção pela Companhia do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos).

As mudanças nas práticas contábeis em 2018 referidas no item “a”, trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, (i) adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 6 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPR 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

No exercício social de 2017, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis, não existiram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras no exercício social de 2017 da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, o relatório do auditor trouxe a ênfase de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

A determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

Não houve ressalvas nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia destaca que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2019, a Monteiro Aranha S.A. detinha 6,65% da Klabin S.A. ("Klabin") e 4,20% da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no *IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures* como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na Diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfaziam o montante de R\$ 800 milhões na controladora e no consolidado, representando 46,92% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, durante o ano de 2019 a Companhia registrou o montante de R\$ 61 milhões relativo à receita de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas, representando cerca de 62% do lucro líquido individual e consolidado da Monteiro Aranha S.A. em 31 de dezembro de 2019.

A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção do acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 2019 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis a comercializar da Companhia são demonstrados pelo custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas, não excedendo seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas uma redução do valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável.

O valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar é revisado pela Administração anualmente levando em consideração estudos de viabilidades dos projetos, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, dentre outras premissas. A revisão do valor recuperável efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 resultou no registro de uma reversão da provisão de R\$ 6 milhões.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a avaliação dessa estimativa; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para auxiliar na análise e revisão de laudos externos obtidos pela Administração para suportar o valor recuperável; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2019 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:****i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("SPE"), da qual a Companhia detém indiretamente 40%, possuía financiamento para a construção do empreendimento imobiliário cujo valor na data de 30/10/2018 era R\$ 42 milhões. A Companhia responde de forma solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto. Nessa mesma data a SPE efetuou a quitação integral desse financiamento, através da portabilidade da dívida para um outro banco, com a taxa de CDI + 1,65% a.a. e prazo de pagamento

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

em 24 parcelas mensais, a partir de novembro de 2018, incluindo 5 meses de carência. O saldo devedor no final do exercício social de 2019 era de R\$ 10 milhões.

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento e Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

Além do exposto acima, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Embora o estoque em conjunto com o contas a receber da controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A (“SPE”) sejam possivelmente suficientes para a quitação da dívida mencionada em 10.6 (b), na eventualidade de ocorrerem rescisões contratuais (“distrato”) e processos judiciais contra a SPE que impactem adversamente o fluxo de caixa da mesma, a Companhia poderá ser chamada a aportar recursos na referida controlada em conjunto para amortização da referida dívida, capital de giro, entre outras despesas operacionais e financeiras, impactando desta forma o caixa e o resultado da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

O financiamento citado no item 10.6 (b), detido pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, destinou-se ao financiamento da construção do empreendimento imobiliário.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O valor do financiamento citado no item 10.6 (b), contratado pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. é de R\$ 42 milhões, sendo o saldo de R\$ 10 milhões no final do exercício social de 2019, com taxa de CDI + 1,65% a.a. e amortização em 24 meses a partir de novembro de 2018, com cinco meses de carência. A Companhia responde de forma solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A “Torre 1º de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja entrega ocorreu em maio de 2017 encontra-se em operação com o funcionamento dos 4 primeiros andares. Negociações estão em curso para a ocupação de espaços adicionais. Para construção desse empreendimento, foi contratado um financiamento no valor de R\$ 61 milhões, cujo saldo atual de R\$ 54 milhões será pago em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em maio de 2019. Há a expectativa de que haverá necessidade de aportes adicionais por parte da Companhia na sua controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., proprietária do empreendimento “Torre 1º. de Março”, para amortização desse financiamento, além da manutenção, pagamento de impostos e taxas de condomínio referente aos andares vagos.

Em 2017, a controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. concluiu e entregou a primeira fase do projeto, o prédio residencial composto de 470 unidades, denominado “Nobre Norte Residencial”, localizado próximo ao “Norte Shopping”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%. Ao final do exercício de 2019, 89% das unidades haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distrato”).

Em 2018, a Companhia deu seguimento ao desenvolvimento do empreendimento denominado “Reserva do Conde”, um residencial de 120 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado no último trimestre de 2017 e encontra-se em construção. Ao final do exercício de 2019, 61% das unidades haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distratos”).

Para os próximos três anos, estão previstos investimentos no valor de R\$ 25 milhões para os projetos imobiliários.

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento e Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

Ainda em 2019, a Companhia investiu R\$20 milhões no Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shoppings dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como shopping centers.

Também em 2019 a Companhia atingiu a participação de 7,83% na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, através do FIA Bergen, sem influência significativa.,

Dando seguimento à constante busca de oportunidades de investimento para o próximo triênio (2020-2022) que gerem valor, a Companhia identificou possíveis novas oportunidades segmentadas da seguinte forma i) R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R\$ 110 (cento e dez) milhões para fundos de investimentos, (iii) R\$ 25 (vinte e cinco) milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos em projetos diversos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos do orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, recursos próprios e recursos de terceiros (empréstimos, financiamento bancário para a produção e desenvolvimento de empreendimento imobiliário entre outros).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2015, a controlada em conjunto MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A., sobre a qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 52% de participação, adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto está sendo readequado para unidades menores, visando dar maior liquidez ao produto.

O projeto iniciado em 2016, através da participação de 25% que a Companhia detém na SPE HESA 159, em parceria com a HELBOR S.A. para realização de um projeto multiuso em terreno adquirido da Semp Toshiba, está sendo submetido à nova aprovação para aproveitamento da alteração da legislação vigente que possibilitou o acréscimo da área privativa vendável.

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. vem analisando o desenvolvimento da segunda fase do projeto localizado próximo ao "Norte Shopping", na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o montante total de R\$ 33,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Conforme a faculdade estabelecida nos termos do artigo 20 da Instrução CVM n.º 480/09, a Companhia adota a opção de não divulgar projeções, de qualquer natureza, relacionada à Companhia ou a suas atividades.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Conforme faculdade estabelecida nos termos do artigo 20 da Instrução CVM n.º 480/09, a Companhia adota a opção de não divulgar projeções, de qualquer natureza, relacionadas à Companhia ou suas atividades.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia tem sua estrutura administrativa composta por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal não permanente; (iv) Comitê de Coordenação; e (v) Comitê de Estratégia.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**
- ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**
- iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conforme disposições estatutárias, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros, todos acionistas residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Poderá a Assembleia Geral Ordinária designar membros suplentes para a totalidade ou parte dos conselheiros eleitos.

Em complemento, o Estatuto Social prevê que a Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração indicará seu Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes.

Atualmente o Conselho de Administração é formado por 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018.

A atual versão do Regimento Interno do Conselho de Administração foi aprovada pelo próprio órgão em 25 de março de 2020.

Nos termos do Estatuto Social e do seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação e as normas gerais dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- quaisquer outros atos, inclusive através de acesso direto aos sistemas informativos da Companhia;
- (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária, anualmente, e a Extraordinária quando julgar necessário;
 - (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;
 - (vi) escolher e destituir Auditores Independentes;
 - (vii) elaborar proposta sobre a distribuição de dividendos, a emissão de ações ou de bônus de subscrição;
 - (viii) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos que envolvam responsabilidade da Companhia e excedem a administração normal;
 - (ix) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, quando estes bens e garantias excederem, em cada operação, ou conjunto de operações efetuadas no decurso do mesmo período anual, ao valor equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social integralizado da Companhia;
 - (x) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia nas condições e limites da Lei;
 - (xi) aprovar a participação da Companhia e de suas subsidiárias integrais no capital de outras empresas, tanto em novos negócios quanto em aumento de negócios nos quais já participem, sempre que o valor, em cada operação, ou conjunto de operações realizadas no decurso do mesmo período anual, ultrapassem 10% (dez por cento) do capital social integralizado da Companhia;
 - (xii) aprovar a designação dos representantes da Companhia e de suas subsidiárias e controladas em todos os órgãos sociais de empresas controladas e coligadas.

Compete ao Presidente do Conselho de Administração, especificamente, conforme disposto no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração:

- (i) convocar Assembleia Geral nos termos da Lei ou quando autorizado pelo Conselho de Administração;
- (ii) convocar, orientar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) designar os substitutos provisórios dos membros do Conselho de Administração, na forma dos artigos 11 e 16 do Estatuto;
- (iv) participar, quando entender necessário, das reuniões de Diretoria, não lhe cabendo, contudo, direito de voto.
- (v) Organizar e coordenar a pauta das reuniões;
- (vi) Propor ao Conselho o calendário anual com as datas das reuniões ordinárias;
- (vi) Organizar, em conjunto com o Diretor-Presidente, quando da eleição de um novo membro do Conselho, um programa de integração do novo conselheiro;
- (vi) Cumprir e fazer cumprir o Regimento.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Adicionalmente, compete ao 1º Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos ocasionais, praticando todos os atos de competência do substituto. Não podendo o 1º Vice-Presidente exercer a substituição, caberá ao 2º Vice-Presidente exercê-la.

A Companhia informa que tem um Comitê de Coordenação previsto no art. 10, § 6º, do Estatuto Social, constituído em 25 de maio de 2009, e composto atualmente por 2 (dois) membros, a quem compete o acompanhamento e orientação de assuntos específicos desenvolvidos pela Diretoria, conforme definidos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Coordenação possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2020.

Adicionalmente, a Companhia informa que tem um Comitê de Estratégia não estatutário, constituído em 03 de setembro de 2019, composto por 3 (três) membros, a quem compete assessorar o Conselho de Administração na definição da estratégia da Companhia, englobando: (i) Estratégia de Investimentos; (ii) Governança, Risco e Compliance; (iii) Sociedade e Ambiente Empresarial; e (iv) Pessoas. O Comitê de Estratégia possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2020.

A Companhia também esclarece que não possui comitê de auditoria estatutário, e não possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

Por fim, a Companhia esclarece que não possui mecanismos formais de avaliação do trabalho da auditoria independente. Não obstante, o Conselho de Administração, nas deliberações referentes à escolha ou destituição dos auditores independentes, considera, dentre outras questões, fatores como a qualidade e resultados dos serviços prestados pelo auditor e a necessária independência e objetividade que devem pautar os trabalhos de auditoria externa, nos termos das normas aplicáveis.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme disposições estatutárias, a Diretoria é composta de, no mínimo 6 (seis) e no máximo 9 (nove) membros, sendo um Diretor Presidente, 3 (três) Diretores Vice-Presidentes, e os demais Diretores sem designação especial.

Os membros da Diretoria, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, serão eleitos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser escolhido pelo Conselho de Administração para exercer as funções de Diretor de Relações com Investidores.

Atualmente, a Diretoria é composta por 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) Diretores sem designação especial, sendo que um deles cumula as

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

funções de Diretor de Relações com Investidores, tendo sido eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, com mandato de 1 (um) ano.

Na forma do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno da Diretoria, compete a dois diretores em conjunto:

- (i) representar a Companhia em Juízo ou fora dele;
- (ii) constituir procuradores, "ad judícia" e "ad negotia", estes últimos sempre com prazo determinado e especificados os atos e operações que poderão praticar; e
- (iii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Ainda de acordo com o Estatuto Social e Regimento Interno da Diretoria, compete à Diretoria em conjunto:

- (i) elaborar o orçamento anual e o fluxo de caixa da Companhia e suas revisões trimestrais;
- (ii) elaborar os estudos relativos a novos investimentos e submeter as respectivas propostas à apreciação do Conselho de Administração;
- (iii) aprovar a contratação de empregados em nível de Gerência e Assessoria, fixando-lhes a remuneração;
- (iv) aprovar a abertura e o fechamento de dependências, atribuir-lhes capital e nomear gerentes e encarregados;
- (v) estabelecer a política de pessoal; e
- (vi) zelar pela observância das leis, do Estatuto e das resoluções do Conselho de Administração.

Com relação às atribuições e poderes individuais dos membros da Diretoria, em linha com o Estatuto Social e Regimento Interno da Diretoria, compete:

- (a) ao Diretor Presidente: (i) presidir as reuniões de Diretoria, nas quais terá o voto de desempate; (ii) coordenar a ação dos demais diretores; (iii) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as leis e as deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; (iv) representar a Companhia junto ao Governo e às entidades de Classe e desenvolver as relações públicas e com a imprensa; (v) organizar e coordenar a pauta das reuniões; e (vi) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- (b) aos Diretores Vice-Presidentes: (i) substituir, exercendo todos os poderes previstos no artigo 21 do Estatuto, o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos ocasionais; e (ii) auxiliar e assessorar o Diretor Presidente, em todas as suas funções, bem como cooperar com a Diretoria na consecução do objetivo social; e
- (c) aos Diretores sem designação específica, a direção geral das tarefas de administração da Companhia, possuindo os poderes e funções que lhe forem atribuídos pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração;

Adicionalmente, conforme observado acima, ressalta-se que um dos Diretores será escolhido, pelo Conselho de Administração, para exercer as funções de Diretor de Relações com Investidores,

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

cabendo-lhe: (i) as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; e (ii) a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da legislação e regulamentação aplicável.

Por fim, a Companhia esclarece que a Diretoria possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2020.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, sendo instalado apenas nos exercícios em que acionistas que representem no mínimo 1/10 (um décimo) das ações com direito de voto requeiram a sua instalação. Nesse caso, a Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal deverá eleger, para constituí-lo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Se instalado, o Conselho Fiscal terá as competências previstas no art. 163 da Lei nº 6.404, de 1976 (“Lei das S.A.”).

O Conselho Fiscal da Companhia não possui regimento interno próprio e não foi instalado até a presente data.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
- iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia não possui mecanismos de avaliação de seus órgãos.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses e conveniências da Companhia, podendo, contudo, ser cumulativamente convocadas.

a) prazos de convocação:

As Assembleia Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação.

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

b) competências:

A Assembleia Geral é o órgão supremo para decidir sobre os negócios sociais e tomar as resoluções que julgar convenientes, tendo suas competências fixadas no artigo 122 da Lei 6.404/76.

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

c) endereços nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços eletrônicos:

Web Site da Companhia: www.monteiroaranha.com.br

Web Site da CVM: www.cvm.gov.br

Web Site da B3: www.bmfbovespa.com.br

Endereço físico (Sede Social da Companhia):

Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ – Brasil, CEP: 22430-060.

d) identificação e administração de conflitos de interesses:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia não adota mecanismo específico de identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando as regras da legislação brasileira.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

O Estatuto Social da Companhia não prevê regras diferenciadas de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto. A Companhia adota a prática de solicitar a entrega de procuração com firma reconhecida em até três dias úteis antes da Assembleia Geral, conforme consta de seus editais de convocação.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Na forma do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76, os acionistas podem ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de um ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia, advogados ou instituições financeiras administradores de fundos de investimentos.

A Companhia adota a prática de solicitar procuração com firma reconhecida e cópia autenticada dos documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, bem como exige do procurador documento de identificação com foto. Em relação aos acionistas estrangeiros, a Companhia exige, ainda, que os documentos sejam notariados, consularizados e traduzidos na forma juramentada.

Os procuradores e os representantes de acionistas poderão participar das Assembleias Gerais desde que tenham depositado, na sede social, até três dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, os respectivos instrumentos de mandato e de representação. Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, no endereço Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060. Caso não tenham sido depositados os instrumentos de mandato e de representação no prazo mencionado acima, os procuradores e os representantes de acionistas poderão participar da Assembleia Geral, desde que compareçam munidos com os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar o boletim de voto a distância e documentos abaixo relacionados à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

- (i) via física do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

- (a) no caso de pessoas físicas: documento de identidade com foto.
- (b) no caso de pessoas jurídicas: (i) último Estatuto Social ou Contrato Social consolidado; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.
- (c) no caso de fundos de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

No caso de acionistas estrangeiros, a Companhia exige, ainda, que os documentos sejam notariados, consularizados e traduzidos na forma juramentada.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, por correio postal, até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral.

Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/2009, em até 3 (três) dias do recebimento boletim de voto a distância e respectiva documentação, a Companhia deve comunicar ao acionista: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Serão desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) fora dos prazos previstos neste item do Formulário de Referência.

h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

Nos termos do art. 21-A da Instrução CVM 594/2017 que alterou a Instrução CVM 481/2009, a Companhia disponibilizará o boletim de voto a distância: (i) por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, (ii) sempre que a Assembleia Geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros: a) do conselho fiscal; ou b) do conselho de administração, e (iii) sempre que a Assembleia Geral Extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a Assembleia Geral Ordinária.

Nessas Assembleias, em que o boletim de voto a distância será disponibilizado, facultase aos acionistas, observados os percentuais mínimos de participação previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II, a inclusão, no boletim, (a) de candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, quando aplicável, e (b) de propostas de deliberação.

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao seguinte endereço: Av. Afrânio de Melo Franco 290, sala 101 – parte, Leblon, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22430-060, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico invest@monteiroaranha.com.br, respeitados os prazos e requisitos da Instrução CVM 481/2009.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das Assembleias.

Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelos escrituradores.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas do boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico invest@monteiroaranha.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto assinado e com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada dos documentos informados na alínea “g” acima, para Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101-parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060, até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho serão investidos, independentemente de caução, mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

Ainda, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas regularmente instaladas, quando convocadas, na forma do seu Regimento Interno, presentes a metade de seus membros ou, no caso de onze membros, um mínimo de 5 (cinco).

Os membros do Conselho de Administração serão representados por seus suplentes ou poderão se fazer representar nas reuniões do Conselho por qualquer dos seus colegas, por meio de procuração, que poderá ser outorgada por instrumento formal, ou mesmo carta, telegrama, correio eletrônico ou facsimile. Poderão os membros do Conselho de Administração votar diretamente por carta, telegrama, correio eletrônico ou facsimile, devendo neste caso este fato ser registrado em ata.

No caso de outorga de procuração de um dos membros do Conselho de Administração a outro, deverá levar-se em conta que os poderes outorgados valerão apenas para a reunião designada na procuração e que cada membro do Conselho de Administração não poderá representar mais de um Conselheiro.

Das reuniões do Conselho de Administração poderão participar, se assim for julgado conveniente pelo Conselho, um ou mais Diretores, não cabendo, porém, a estes direito de voto.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

O Conselho de Administração poderá constituir um Comitê de Coordenação composto por dois ou mais conselheiros, tendo por atribuições o acompanhamento e orientação dos assuntos específicos que lhe forem confiados e o qual disporá de apoio operacional nos escritórios da Companhia.

As Atas de Reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio.

Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária. Na falta do respectivo suplente, o cargo permanecerá vago até a investidura do novo conselheiro eleito pela Assembleia Geral Ordinária que se realizar.

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, em cada trimestre e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por um dos Vice-Presidentes.

No último exercício social foram realizadas 9 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho

Não há acordo firmado pelos acionistas da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas recomendadas e/ou exigidas pela legislação sobre operações com partes relacionadas, submetendo à aprovação dos seus órgãos de administração as matérias relacionadas a conflitos de interesse. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise, relacionadas a membros de órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, deliberando sobre a pauta os demais membros que não possuem relação com a matéria em exame.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada

A Companhia não possui uma política formal de indicação e preenchimento dos cargos do Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ana Maria Monteiro de Carvalho	22/04/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	13
955.713.968-49	Empresária	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2018	Sim	63.63%
Roberto Duque Estrada de Sousa	11/12/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	0
016.468.087-03	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100%
Pedro Alberto Campbell Alquéres	17/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	0
024.837.327-71	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	0%
José Luiz Alquéres	31/03/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	0
027.190.707-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100%
Membro do Comitê de Estratégia					
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	18/11/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	3
321.680.848-31	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	36.37%
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	16/05/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	3
054.656.617-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	0%
Pedro Alberto Guimarães Filho	29/11/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	3

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
846.021.807-44	Internacionalista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	0%
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	27/05/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	0
072.231.567-83	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	100%
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	01/08/1978	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	3
085.081.467-79	Empresário	38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	27/04/2018	Sim	0%
Diretor de RI - Reeleito em 15/12/20 com mandato de 1 ano.					
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	13
428.912.807-68	Empresária	37 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.	27/04/2018	Sim	0%
Membro do Comitê de Coordenação, membro do Comitê de Estratégia e Diretora Vice-Presidente reeleita em 15/12/2020 com mandato de 1 ano.					
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	15
007.260.287-20	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/04/2018	Sim	100%
Membro do Comitê de Coordenação, membro do Comitê de Estratégia e Diretor-Presidente reeleito em 15/12/20 com mandato de 1 ano.					
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	16/11/1972	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	4
725.095.897-68	Economista	39 - Outros Conselheiros / Diretores	27/04/2018	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

1º Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor reeleito em 15/12/20 com mandato de 1 ano.	Membro Efetivo do Conselho de Administração - Diretor
--	---

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Ana Maria Monteiro de Carvalho - 955.713.968-49

É 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Roberto Duque Estrada de Sousa - 016.468.087-03

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Sócio Fundador da Sociedade de advogados Brigagão, Duque Estrada Advogados. É membro titular do Conselho Empresarial de Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro. É autor freqüente de colunas e artigos técnicos em matéria tributária nas mídias especializadas, além de palestrante regular em congressos da área. É Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, da International Fiscal Association (IFA), do Institute for International Taxation, Inc. (IITI). Foi professor de Direito Tributário Internacional na PUC/RJ. Formado em Direito pela PUC/RJ, com especialização em Direito Tributário.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Pedro Alberto Campbell Alquéres - 024.837.327-71

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É advogado e Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva AntiDopagem. Foi durante 21 anos integrante do Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados. Foi vogal da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA de 2008 a 2012. Foi membro do Conselho de Administração da CEG e CEG/Rio. Formado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, especializado na área Comercial - Societária e de Mercado de Capitais. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, é considerado membro independente.

José Luiz Alquéres - 027.190.707-00

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Sócio-Diretor da JL Alquéres Consultores Associados e Sócio-Diretor da Edições de Janeiro. É membro do Conselho de Administração da Energisa, da Celesp, da QGEP Exploração e Produção de Petróleo, CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Ofícer da Ordre National du Mérite (França) e Cidadão Honorário de Dakota do Norte (EUA). Foi Secretário Nacional de Energia e Presidente da CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. e MDU do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração de Itaipu, Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletrosul, Nuclen, Cesp, CPFL, Cemig, EDP e Vice-Presidente honorário do World Energy Council. Trabalhou no BNDES e foi diretor do BNDESPAR e da Cia. Bozano Simonsen. É membro de vários conselhos estratégicos, como Calyon-Crédit Lyonnais, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual e Rio Bravo, Signatura-Lazard Frères. Foi Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Formado em Engenharia Civil pela PUC/RJ, cursou Ciências Sociais no IFCS-UFRJ, com pós-graduação no Brasil, Estados Unidos e França.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, é considerado membro independente.

Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - 321.680.848-31

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.

É Sócio Fundador da Boa Consulta e foi Sócio Fundador da PROSPERITY Investimentos – Gestora de Private Equity. Trabalhou na corretora do Citigroup no Brasil, na área de venda de ações, e atuou como gestor de recursos do Smith Barney em Nova York. Formado em Administração pela Bentley University. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - 054.656.617-04

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É CEO do Sertões, maior rally das Américas que anualmente cruza o Brasil. Foi Presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão que coordenou as atividades municipais relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e Subsecretário da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Conservação do Município do Rio de Janeiro. Trabalhou nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, na área de Logística & Operações da Cidade. Formado em Administração pela PUC/RJ, com especialização em Marketing Esportivo e Broadcasting pela New York University (NYU). Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Pedro Alberto Guimarães Filho - 846.021.807-44

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Foi Assessor de Relações Internacionais no Gabinete da Prefeitura do Rio de Janeiro. Formado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Metodista Bennett, com MBA em Relações Internacionais pela FGV/RJ. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Arnon Affonso de Farias Mello Neto - 072.231.567-83

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É empresário e atua no setor de mídia e entretenimento. Fundou a Loops, uma startup de mídia digital. Trabalhou no Astor Group, no Barclays Capital e no Lehman Brothers. Formado em Economia pela Universidade de Chicago, com MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e mestrado em Administração Pública pela Harvard University. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Declarou ser pessoa politicamente exposta.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

É Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin e da Ultrapar e membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar. Foi diretor e conselheiro da Gestora de Recursos Charles River Capital, empresa de gestão de recursos, e da Astor Group, empresa atuante na área de fusões e aquisições. Foi diretor da Organização Arnon de Mello, conglomerado de empresas de comunicação. Formado em Relações Internacionais com especialização em Economia Internacional pela Georgetown University (EUA) - magna cum laude. Possui MBA pela Harvard Business School (EUA). Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Declarou ser pessoa politicamente exposta.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

É Diretora Vice-Presidente e membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

É Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Presidente do Conselho Diretor da Fundação São Joaquim de Assistência Social. Trabalhou na Volkswagenwerk (Alemanha) e na J. Henry Schroder Bank (Londres). Formado pela Escola Superior de Guerra e em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule (Alemanha). Fez curso de extensão na Universidade da Califórnia de San Diego. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Sergio Francisco M. de C. Guimarães - 725.095.897-68

É Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. Foi Assistant Manager na IBJ Schroder Bank (NY). Formado em Economia pela PUC/RJ, com MBA pela Fordham University (EUA). cursou o programa Owner/President Management Program (OPM) em Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ana Maria Monteiro de Carvalho - 955.713.968-49 N/A	
Roberto Duque Estrada de Sousa - 016.468.087-03 N/A	
Pedro Alberto Campbell Alquéres - 024.837.327-71 N/A	
José Luiz Alquéres - 027.190.707-00 N/A	

Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - 321.680.848-31

N/A

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - 054.656.617-04

N/A

Pedro Alberto Guimarães Filho - 846.021.807-44

N/A

Arnon Affonso de Farias Mello Neto - 072.231.567-83

N/A

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

N/A

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

N/A

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

N/A

Sergio Francisco M. de C. Guimarães - 725.095.897-68

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
José Luiz Alquéres	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1944	03/09/2019	Até a primeira reunião após a AGO de 2021
027.190.707-00	Comitê de Estratégia	Engenheiro		03/09/2019	0	100%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1944	03/05/2018	Até a AGO a ser realizada em 2021
007.260.287-20	Comitê de Coordenação	Empresário		03/05/2018	2	100%
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e membro do Comitê de Estratégia						
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1944	03/09/2019	Até a primeira reunião após a AGO de 2021
007.260.287-20	Comitê de Estratégia	Empresário		03/09/2019	0	100%
Presidente do Conselho de Administração, Diretor-Presidente e membro do Comitê de Coordenação						
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/1957	03/09/2019	Até a primeira reunião após a AGO de 2021
428.912.807-68	Comitê de Estratégia	Empresária		03/09/2019	2	100%
Membro suplente do Conselho de Administração, Diretora Vice-Presidente e Membro do Comitê de Coordenação						
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/1957	03/05/2018	Até a AGO a ser realizada em 2021
428.912.807-68	Comitê de Coordenação	Empresária		03/05/2018	0	100%
Membro suplente do Conselho de Administração, Diretora Vice-Presidente e membro do Comitê de Estratégia						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
José Luiz Alquéres - 027.190.707-00						

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Sócio-Diretor da JL Alquéres Consultores Associados e Sócio-Diretor da Edições de Janeiro. É membro do Conselho de Administração da Energisa, da Celesc, da QGEP Exploração e Produção de Petróleo, CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Oficiou da Ordem Nacional do Mérite (França) e Cidadão Honorário de Dakota do Norte (EUA). Foi Secretário Nacional de Energia e Presidente da CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. e MDU do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração de Itaipu, Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletrosul, Nuclen, Cesp, CPFL, Cemig, EDP e Vice-Presidente honorário do World Energy Council. Trabalhou no BNDES e foi diretor do BNDESPAR e da Cia. Bozano Simonsen. É membro de vários conselhos estratégicos, como Calyon-Crédit Lyonnais, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual e Rio Bravo, Signatura-Lazard Frères. Foi Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Formado em Engenharia Civil pela PUC/RJ, cursou Ciências Sociais no IFCS-UFRJ, com pós-graduação no Brasil, Estados Unidos e França.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, é considerado membro independente.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

É Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Presidente do Conselho Diretor da Fundação São Joaquim de Assistência Social. Trabalhou na Volkswagenwerk (Alemanha) e na J. Henry Schroder Bank (Londres). Formado pela Escola Superior de Guerra e em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule (Alemanha). Fez curso de extensão na Universidade da Califórnia de San Diego. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

É Diretora Vice-Presidente e membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

José Luiz Alquéres - 027.190.707-00	
-------------------------------------	--

N/A	
-----	--

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20	
--	--

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20	
--	--

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68	
--	--

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68	
--	--

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e Membro suplente do Conselho de Administração				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e Membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Campbell Alquéres Membro suplente do Conselho de Administração	024.837.327-71	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Luiz Alquéres Membro efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia	027.190.707-00	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho Diretora	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor e Membro do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro Efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora e membro do Conselho de Administração	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor e membro do Conselho de Administração	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor	725.095.897-68	MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro Suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro Suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor	725.095.897-68	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor	725.095.897-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor	725.095.897-68	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Antônio Luis M. de C. Guimarães	052.549.977-61	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
Diretor				
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
<u>Observação</u>				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	---	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. 09.566.418/0001-35 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa relacionada

Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho 260.659.917-91 Monteiro Aranha Participações S.A. 28.021.590/0001-58
Diretor e membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa relacionada

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretor				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
Diretora				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coodenação e membro do Comitê de Estratégia				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e Membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	---	------	---

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia

Pessoa relacionada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha International Limited 05.733.954/0001-27
Diretor

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa relacionada

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha Participações S.A. 28.021.590/0001-58
Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Timbutuva Empreendimentos Ltda 04.812.890/0001-97 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora

Pessoa relacionada

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
Diretora				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretor				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho Diretor	260.659.917-91	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
Diretora				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				

Administrador do emissor ou controlada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Antônio Luis M. de C. Guimarães	052.549.977-61	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretor				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretor				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e Membro do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
José Luiz Alquéres	027.190.707-00	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pedro Alberto Campbell Alquéres	024.837.327-71	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor				
Observação				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretora				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia				
Pessoa relacionada				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	---	------	---

Membro Efetivo do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, Membro suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Coordenação e Membro do Comitê de Estratégia

Pessoa relacionada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello 085.081.467-79 Three o Five Participações S.A. 11.515.233/0001-43
Diretor

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Timbutuva Empreendimentos Ltda 04.812.890/0001-97 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora

Pessoa relacionada

Arnon Affonso de Farias Mello Neto 072.231.567-83 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92
Membro efetivo do Conselho de Administração

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.			

Pessoa Relacionada

Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58		
Diretora e membro do Conselho de Administração			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.			

Pessoa Relacionada

Old Rose INC	09.292.045/0001-51		
Diretora			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.			

Pessoa Relacionada

Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		
Diretora			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
A.M.C. Participações Ltda. Diretora	00.214.211/0001-27		
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
C.E.J.M.C. Participações Ltda Diretora	00.119.692/0001-91		
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretora	04.812.890/0001-97		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação Em 30/09/2019, a Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. deixou de ser controlada da Monteiro Aranha S/A.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Membro do Conselho de Administração.	09.566.418/0001-35		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.			
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação			
Em 30/09/2019 a Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. deixou de ser controlada da Monteiro Aranha S/A.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor e Membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia.	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MASA Mineração Ltda. Diretor	22.395.280/0001-17		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

085.081.467-79

Controle

Controlador Indireto

Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.

Pessoa Relacionada

Three o Five Participações S.A.

11.515.233/0001-43

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

085.081.467-79

Controle

Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.

Pessoa Relacionada

Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

17.723.993/0001-22

Diretor e membro do Conselho de Administração

Observação

Em 30/09/2019 a Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. deixou de ser controlada da Monteiro Aranha S/A.

Administrador do Emissor

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

085.081.467-79

Controle

Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.

Pessoa Relacionada

M.A. Investimentos Imobiliários S.A.

19.470.864/0001-03

Diretor

Observação

A. M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28/12/2018.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MASA Mineração Ltda. Diretor	22.395.280/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração.	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor	28.021.590/0001-58		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MASA Mineração Ltda. Diretor	22.395.280/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Diretor e Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação			
Em 30/09/2019 a Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. deixou de ser controlada da Monteiro Aranha S/A.			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. Diretor	19.700.405/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
Observação A M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28/12/2018.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor	09.566.418/0001-35		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração.	955.713.968-49	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração.	955.713.968-49	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Roberto Duque Estrada de Sousa	016.468.087-03	Controle	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Old Rose INC

09.292.045/0001-51

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlador Indireto

Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Kinectic INC

Diretora

Observação**Exercício Social 31/12/2018****Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlador Direto

Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Old Rose INC

09.292.045/0001-51

Diretora

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlada Direta

Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97		
Diretora			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58		
Diretora e membro do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Controle Controlador Indireto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Monteiro Aranha International Limited 05.733.954/0001-27
Diretora

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Controle Controlador Indireto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Three o Five Participações S.A. 11.515.233/0001-43
Diretora

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Controle Controlador Indireto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

A.M.C. Participações Ltda. 00.214.211/0001-27
Diretora

Observação**Administrador do Emissor**

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
C.E.J.M.C. Participações Ltda Diretora	00.119.692/0001-91		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
Observação			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
Observação			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
Observação			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor e membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
MASA Mineração Ltda. Diretor	22.395.280/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. Diretor	19.700.405/0001-60		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Diretor e membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
Observação			

Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
Observação			

Administrador do Emissor			
Roberto Duque Estrada de Sousa Membro efetivo do Conselho de Administração	016.468.087-03	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Old Rose INC Diretor	09.292.045/0001-51		
Observação			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Diretor e membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlador Indireto
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58		
Diretor e membro do Conselho de Administração			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81		
Diretora			
Observação			
Renunciou o cargo de diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. em 26.03.2018			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03		
Diretor			
Observação			
A M.A. Investimetnos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03		
Diretor			
Observação			
A M.A. Investimetnos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03		
Diretor			
Observação			
A M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
Observação A M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação Foi eleito diretor em 06.12.2018			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor e Presidente do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação Foi eleito diretor em 06.12.2018			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Renunciou ao cargo de diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. em 26.03.2018

Administrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlador Indireto

Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Kinectic INC

Diretora

Observação**Exercício Social 31/12/2017****Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlador Direto

Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Old Rose INC

09.292.045/0001-51

Diretora

Observação**Administrador do Emissor**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho

428.912.807-68

Controle

Controlada Direta

Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Timbutuva Empreendimentos Ltda

04.812.890/0001-97

Diretora

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22		
Diretor e membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MASA Mineração Ltda. Diretor	22.395.280/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Diretor e Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. Diretor	19.700.405/0001-60		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
<u>Observação</u>			
A M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor	09.566.418/0001-35		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretora e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
Observação			
A M.A. Investimentos Imobiliários Ltda. foi extinta em 28.12.2019.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Sergio Francisco M. de C. Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Roberto Duque Estrada de Sousa Membro efetivo do Conselho de Administração	016.468.087-03	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Old Rose INC Diretor	09.292.045/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Controle	Controlador Indireto
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27		
Diretora			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		
Diretora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27		
Diretora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91		
Diretora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Controle	Controlador Indireto
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81		
Diretora			
<u>Observação</u>			
<hr/>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Coordenação e membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Kinectic INC			
Diretora			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia possui apólice de seguro para responsabilidade civil dos seus administradores, contratada junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A., com vigência de 09/09/2019 a 07/03/2021, mediante pagamento do prêmio total no valor de R\$ 167,8 mil. O objeto deste seguro é garantir aos segurados, quando estes forem responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de fatos geradores cobertos pela apólice e incorridos no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento direto ou o reembolso à sociedade das indenizações que os segurados forem obrigados a pagar, à título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com terceiros prejudicados, com a anuência prévia e expressa da Seguradora de acordo com as hipóteses previstas na apólice, até o limite máximo da importância segurada no valor de R\$ 30,0 milhões.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Não há outras informações relevantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Apesar de a Companhia não possuir uma política de remuneração aprovada, a prática de remuneração da Companhia tem por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração, Comitê de Coordenação e Comitê de Estratégia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação e de Estratégia é composta por remuneração fixa, que inclui honorários e benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada e seguro de vida.

O objetivo desses elementos de remuneração é recompensar os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação e do Comitê de Estratégia adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por honorários, benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada e seguro de vida. O objetivo da remuneração é recompensar os membros da Diretoria Estatutária adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2019	2018	2017
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	73%	53%	54%
Benefícios:	<u>27%</u>	<u>47%</u>	<u>46%</u>

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	75%	74%	76%
Benefícios:	<u>25%</u>	<u>26%</u>	<u>24%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem aqueles referentes aos membros do Comitê de Coordenação e do Comitê de Estratégia, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que proporcione o engajamento e a retenção de seus principais administradores, respeitando a legislação vigente.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2019, não existiram membros não remunerados pela Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, não havendo a utilização de estudos. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	4.700.000,00		5.420.000,00
Benefícios direto e indireto	800.000,00	1.000.000,00		1.800.000,00
Participações em comitês	1.440.000,00	0,00		1.440.000,00
Outros	432.000,00	940.000,00		1.372.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	230.000,00	670.000,00		900.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Dado que o exercício social de 2020 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	Dado que o exercício social de 2020 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº02/2020.		
Total da remuneração	3.622.000,00	7.310.000,00		10.932.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	5.241.604,66		5.961.604,66
Benefícios direto e indireto	355.460,15	1.102.326,21		1.457.786,36
Participações em comitês	840.000,00	0,00		840.000,00
Outros	312.000,00	1.048.320,93		1.360.320,93
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	232.520,64	656.938,32		889.458,96
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	<p>Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>		
Total da remuneração	2.459.980,79	8.049.190,12		10.509.170,91

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	390.000,00	6.795.254,00		7.185.254,00
Benefícios direto e indireto	364.206,80	1.563.051,83		1.927.258,63
Participações em comitês	1.161.268,00	0,00		1.161.268,00
Outros	310.253,60	1.359.050,80		1.669.304,40
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	944.745,92	944.076,16		1.888.822,08
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	<p>Em 2018, houve a eleição de um novo Conselho de Administração composto por 06 membros.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>		
Total da remuneração	3.170.474,32	10.661.432,79		13.831.907,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	6.668.048,72		7.028.048,72
Benefícios direto e indireto	867.815,78	1.262.664,26		2.130.480,04
Participações em comitês	1.140.488,36	0,00		1.140.488,36
Outros	300.097,67	1.333.609,74		1.633.707,41
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	479.932,80	816.146,88		1.296.079,68
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	3.148.334,61	10.080.469,60		13.228.804,21

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Não há remuneração variável prevista para o exercício social corrente para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, e não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possuía e não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.						
	Participação Direta		Participação Indireta		Participação Total	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração ¹	3.793.411	30,96%	2.407.523	19,65%	6.200.934	50,61%

¹ Inclui os valores mobiliários emitidos pela Companhia detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

O montante total das ações ordinárias de emissão da Companhia detido pelos Administradores está em linha com as informações consolidadas prestadas no formulário Valores Mobiliários Negociados (art.11 da Instr. CVM nº 358) e considera o total das ações detidas pelas sociedades que detêm participação direta na Companhia dos quais os administradores não são os únicos acionistas.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

<u>Ano: 2019</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6	4
Número de membros remunerados	1	3
Nome do plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	2
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.819.358,64	7.535.671,02
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	232.520,64	656.938,20
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	6,00	6,50	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração	2.488.822,24	3.194.056,30	2.916.991,49	1.028.493,15	1.304.423,80	1.642.566,98
Valor da menor remuneração	1.442.547,90	2.068.001,81	2.257.929,15	144.000,00	78.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração	2.012.297,53	2.665.836,38	2.571.291,38	409.994,85	524.715,19	492.195,11

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano

Conselho de Administração	
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . Valor da menor remuneração apurado com a exclusão de membros do órgão que não exerceram suas funções durante os 12 meses do ano . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Porém, é prática da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações**

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2019	90%	100%	98%
2018	95%	100%	99%
2017	98%	100%	99%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Nos últimos três exercícios sociais, o escritório de consultoria jurídica do qual um conselheiro eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2018 é sócio, recebeu valores do emissor conforme abaixo:

	R\$		
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	57.300,00	26.184,06	25.250,00

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Empregados:**

Número de Empregados no RJ					
Ano 2019	33	Ano 2018	35	Ano 2017	35

b) Terceirizados:

Número de Terceirizados no RJ					
Ano 2019	0	Ano 2018	0	Ano 2017	0

c) Índice de rotatividade

Índice de Rotatividade no RJ – Desligamento Voluntário					
Ano 2019	6%	Ano 2018	0%	Ano 2017	3%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram alterações relevantes nos números divulgados no item 14.1.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia busca manter a competitividade da remuneração dos colaboradores frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que permitam atingir objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

A remuneração fixa dos colaboradores da Companhia é reajustada anualmente mediante negociação, na data base do acordo coletivo da categoria preponderante dos empregados. O reajuste também pode ser concedido por mérito, promoção ou enquadramento, com a finalidade de reconhecer e recompensar o desempenho e a evolução profissional dos colaboradores.

b. política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece aos seus colaboradores seguro de saúde, seguro de vida, vale refeição, vale transporte, previdência privada e auxílio remédio.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração variável ou baseado em ações.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A relação com os sindicatos obedece a legislação trabalhista em vigor.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve paralisações e greves.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero						
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
119.927	0,979	0	0,000	119.927	0,979	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ana Cristina M. de Carvalho Guimarães (Espólio)						
837.709.257-34	Brasileira-RJ	Não	Sim	25/09/2020		
292.204	2,385	0	0,000	292.204	2,385	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ana Maria Monteiro de Carvalho						
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	16/05/2019		
713.719	5,826	0	0,000	713.719	5,826	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Antônio Luis M. de C. Guimarães						
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	25/09/2020		
349.199	2,850	0	0,000	349.199	2,850	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha						
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/12/2017		
56.993	0,465	0	0,000	56.993	0,465	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/07/2020		
1.859.682	15,180	0	0,000	1.859.682	15,180	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnerio					
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
119.927	0,979	0	0,000	119.927	0,979
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/07/2020	
1.686.377	13,765	0	0,000	1.686.377	13,765
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello					
085.081.467-79	Brasileira-RJ	Não	Sim	27/11/2015	
203.669	1,662	0	0,000	203.669	1,662
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnero					
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
119.927	0,979	0	0,000	119.927	0,979
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Monteiro Aranha Participações S.A.					
28.021.590/0001-58	Brasileira-RJ	Não	Sim	03/06/2015	
216.524	1,767	0	0,000	216.524	1,767
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Myrna Rita Monteiro de Carvalho Domit					
319.835.758-60	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
119.927	0,979	0	0,000	119.927	0,979
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit					
321.680.848-31	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
119.927	0,979	0	0,000	119.927	0,979
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Old Rose INC					
09.292.045/0001-51	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	01/04/2013	
221.040	1,804	0	0,000	221.040	1,804
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
270.725	2,210	0	0,000	270.725	2,210
Pedro Alberto Guimarães Filho					
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	25/09/2020	
292.204	2,385	0	0,000	292.204	2,385
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho					
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/07/2020	
1.829.091	14,930	0	0,000	1.829.091	14,930
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães					
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/07/2020	
427.334	3,488	0	0,000	427.334	3,488
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.					
33.053.976/0001-81	Brasileira-RJ	Não	Sim	08/03/2021	
3.232.825	26,388	0	0,000	3.232.825	26,388
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
12.251.221	100,000	0	0,000	12.251.221	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
A.M.C. Participações Ltda.					
00.214.211/0001-27	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
167.752	8,155	0	0,000	167.752	8,155
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnerio					
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2017	
55.913	2,718	0	0,000	55.913	2,718
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ana Cristina M. de Carvalho Guimarães (Espólio)					
837.709.257-34	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
18.676	0,908	0	0,000	18.676	0,908
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
Ana Maria Monteiro de Carvalho					
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2017	
149.267	7,257	0	0,000	149.267	7,257
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Antônio Luis M. de C. Guimarães					
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
37.317	1,814	0	0,000	37.317	1,814
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha					
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
18.641	0,906	0	0,000	18.641	0,906
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
C.E.J.M.C. Participações Ltda					
00.119.692/0001-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
167.752	8,155	0	0,000	167.752	8,155
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
149.266	7,257	0	0,000	149.266	7,257
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnerio					
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2017	
55.913	2,718	0	0,000	55.913	2,718
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
317.020	15,413	0	0,000	317.020	15,413
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnerio					
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2017	
55.913	2,718	0	0,000	55.913	2,718
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Monteiro Aranha International Limited					
05.733.954/0001-27	Jersey	Não	Sim	30/11/2017	
471.856	22,940	0	0,000	471.856	22,940
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
Pedro Alberto Guimarães Filho					
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
37.317	1,814	0	0,000	37.317	1,814
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho					
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2017	
317.018	15,413	0	0,000	317.018	15,413
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães					
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
37.317	1,814	0	0,000	37.317	1,814
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
2.056.938	100,000	0	0,000	2.056.938	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Old Rose INC				09.292.045/0001-51		
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/01/2020		
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
Ana Cristina M. de Carvalho Guimarães (Espólio)					
837.709.257-34	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
8.340.126	0,045	0	0,000	8.340.126	0,045
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ana Maria Monteiro de Carvalho					
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	16/12/2019	
174.836.590	0,952	0	0,000	174.836.590	0,952
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Antônio Luis M. de C. Guimarães					
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
9.458.282	0,052	0	0,000	9.458.282	0,052
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha					
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/12/2019	
1.118.155	0,006	0	0,000	1.118.155	0,006
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/12/2019	
174.836.590	0,952	0	0,000	174.836.590	0,952
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/12/2019	
163.887.052	0,893	0	0,000	163.887.052	0,893
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
Pedro Alberto Guimarães Filho					
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
9.458.280	0,052	0	0,000	9.458.280	0,052
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho					
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/12/2019	
174.836.590	0,952	0	0,000	174.836.590	0,952
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães					
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
9.458.279	0,052	0	0,000	9.458.279	0,052
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
Three o Five Participações S.A.					
11.515.233/0001-43	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/12/2019	
17.632.453.743	96,044	0	0,000	17.632.453.743	96,044
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
18.358.683.687	100,000	0	0,000	18.358.683.687	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
A.M.C. Participações Ltda.				00.214.211/0001-27		
Ana Cristina M. de Carvalho Guimarães (Espólio)						
837.709.257-34	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
136.921	24,999	0	0,000	136.921	24,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Antônio Luis M. de C. Guimarães						
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
136.921	25,000	0	0,000	136.921	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Pedro Alberto Guimarães Filho						
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
136.922	25,000	0	0,000	136.922	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
A.M.C. Participações Ltda.				00.214.211/0001-27		
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	10/09/2010		
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Sergio Francisco M. de C. Guimarães						
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
136.922	25,000	0	0,000	136.922	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
547.687	100,000	0	0,000	547.687	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
C.E.J.M.C. Participações Ltda				00.119.692/0001-91		
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	20/06/1994		
3.162.299	99,999	0	0,000	3.162.299	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello						
085.081.467-79	Brasileira-RJ	Não	Sim	06/11/2012		
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
3.162.300	100,000	0	0,000	3.162.300	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Monteiro Aranha International Limited				05.733.954/0001-27		
Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnerio						
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2003		
77.599	7,666	0	0,000	77.599	7,666	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ana Cristina M. de Carvalho Guimarães (Espólio)						
837.709.257-34	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
58.206	5,750	0	0,000	58.206	5,750	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ana Maria Monteiro de Carvalho						
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	13/05/2008		
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha International Limited				05.733.954/0001-27	
Antônio Luis M. de C. Guimarães					
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
58.206	5,750	0	0,000	58.206	5,750
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	13/05/2008	
232.823	23,000	0	0,000	232.823	23,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnerio					
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2003	
77.599	7,666	0	0,000	77.599	7,666
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Monteiro Aranha International Limited				05.733.954/0001-27		
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho						
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	21/10/2003		
232.822	23,000	0	0,000	232.822	23,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnerio						
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2003		
77.601	7,667	0	0,000	77.601	7,667	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Pedro Alberto Guimarães Filho						
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020		
58.206	5,750	0	0,000	58.206	5,750	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha International Limited				05.733.954/0001-27	
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho					
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	21/10/2003	
80.985	8,000	0	0,000	80.985	8,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sergio Francisco M. de C. Guimarães					
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/06/2020	
58.205	5,750	0	0,000	58.205	5,750
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.012.253	100,000	0	0,000	1.012.253	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Three o Five Participações S.A.				11.515.233/0001-43		
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/01/2018		
14.716	20,000	0	0,000	14.716	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho						
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/01/2018		
44.148	60,000	0	0,000	44.148	60,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	02/01/2018		
14.715	20,000	0	0,000	14.715	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Three o Five Participações S.A.				11.515.233/0001-43		
TOTAL						
73.579	100,000	0	0,000	73.579	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/03/2021
Quantidade acionistas pessoa física	262
Quantidade acionistas pessoa jurídica	9
Quantidade investidores institucionais	10

Ações em Circulação

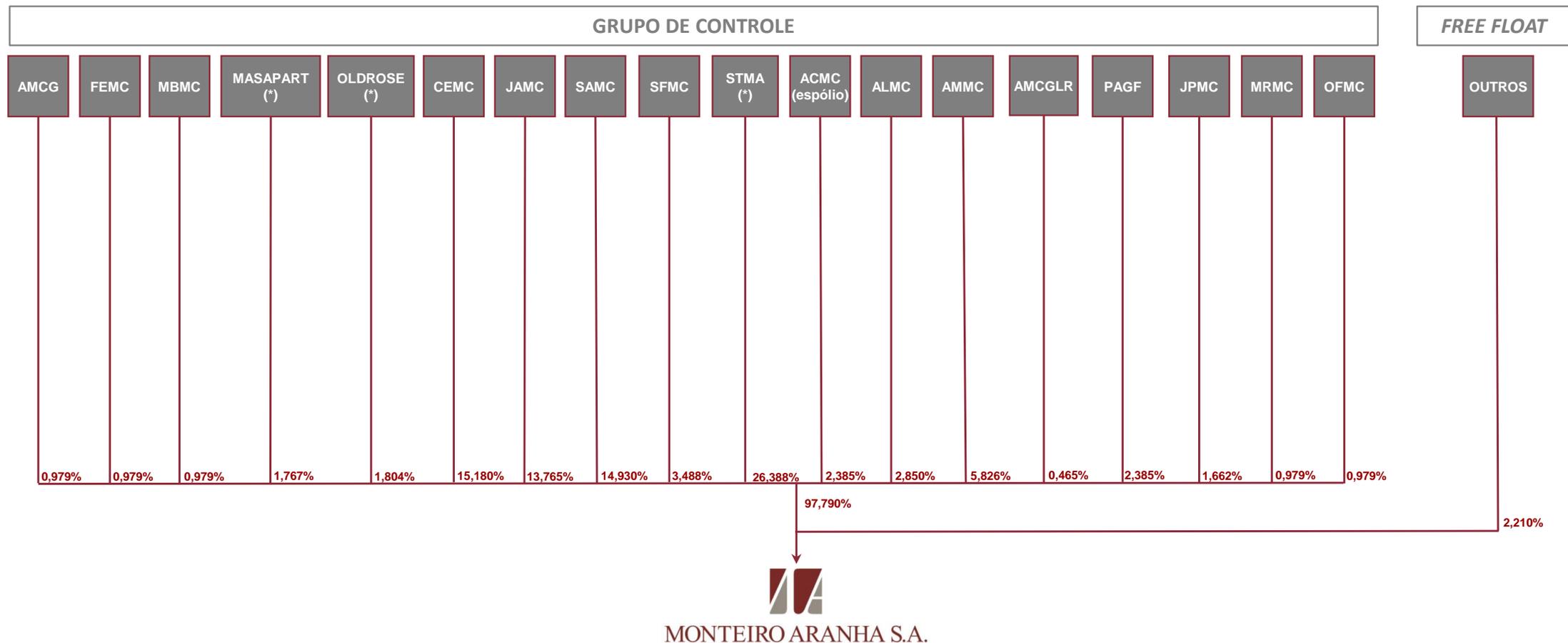
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	270.725	2,210%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	270.725	2,210%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Composição Acionária e Controle da Companhia:

Data-base: 08/03/2021



(*) O organograma acima indica somente as participações detidas diretamente pelos acionistas na Companhia. Para informações mais detalhadas sobre as participações detidas indiretamente na Companhia, pelos acionistas acima identificados, vide item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

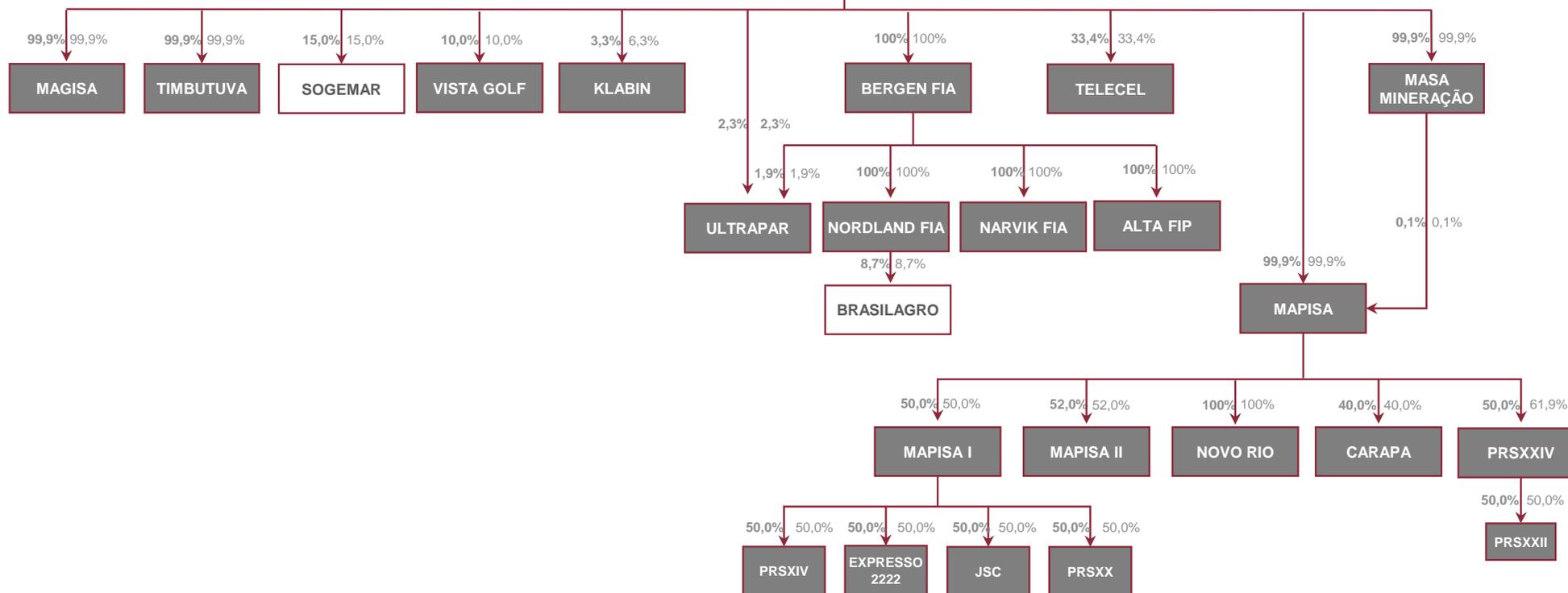
15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Principais controladas, coligadas e investimentos da Companhia:

Data-base: 30/09/2020



MONTEIRO ARANHA S.A.



(*) Os percentuais consideram ações em tesouraria.

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Sigla/Abreviação	Nome/Denominação Social
ACMC (espólio)	Ana Cristina Monteiro de Carvalho Guimarães (Espólio)
ALMC	Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães
AMCG	Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero
AMCGLR	Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha
AMMC	Ana Maria Monteiro de Carvalho
BERGEN FIA	Bergen FIA – BDR Nível I – Investimento no Exterior
BRASILAGRO	Brasilagro – Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas
CARAPA	Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.
CEMC	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
EXPRESSO 2222	Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.
FEMC	Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero
ALTA FIP	Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior
<i>Free Float</i>	Acionistas da Companhia titulares de ações em circulação
JAMC	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho
JPMC	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
JSC	JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.
KLABIN	Klabin S.A.
MAGISA	Magisa – Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.
MAPISA	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.
MAPISA I	MAPISA I S.A.
MAPISA II	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
MASA MINERAÇÃO	MASA Mineração Ltda.

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Sigla/Abreviação	Nome/Denominação Social
MASAPART	Monteiro Aranha Participações S.A.
MBMC	Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnerio
MRMC	Myrna Rita Monteiro de Carvalho Domit
NARVIK FIA	Narvik FIA – BDR Nível I – Investimento no Exterior
NORLAND FIA	Nordland FIA – BDR Nível I – Investimento no Exterior
NOVO RIO	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
OFMC	Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit
OLD ROSE	Old Rose INC.
OUTROS	Acionistas da Companhia titulares de ações em circulação e com participação acionária inferior a 5%
PAGF	Pedro Alberto Guimarães Filho
PRXIV	PRS XIV Incorporadora S.A.
PRXX	PRS XX Incorporadora S.A.
PRXXII	PRS XXII Incorporadora Ltda.
PRXXIV	PRS XXIV Incorporadora S.A.
SAMC	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
SFMC	Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães
SOGEMAR	Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda.
STMA	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
TELECEL	Telecel Participações Ltda.
TIMBUTUVA	Timbutuva Empreendimentos Ltda.
ULTRAPAR	Ultrapar Participações S.A.
VISTA GOLF	Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

A Companhia não possui acordo de acionista arquivado ou do qual o controlador seja parte.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81	28/07/2017	318.900		662.863	5,410587	5,410587	PÚBLICO

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Em 2019, 2018 e 2017, não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Embora não tenha formalizado regras, políticas ou práticas aplicáveis especificamente à realização de transações com partes relacionadas, a Companhia considera que os procedimentos por ela adotados para a celebração, aprovação e contabilização de referidas transações atendem à legislação vigente, incluindo aquelas previstas na Lei n.º 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

Compete à Diretoria da Companhia negociar e conduzir as transações com partes relacionadas. A aprovação de tais transações, por sua vez, deve observar as atribuições e regras de alçada previstas no Estatuto Social, cujo artigo 12 prevê operações sujeitas também à análise e aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Durante o processo de análise das transações com partes relacionadas, caso se identifique conflito de interesse envolvendo qualquer membro da Administração (seja da Diretoria ou do Conselho de Administração), este deve abster-se de analisar, votar e/ou opinar sobre a matéria, deixando a decisão aos demais membros.

Ressalta-se que, observado o acima exposto, a Administração da Companhia avalia os termos e condições de toda e qualquer transação realizada entre a Companhia e partes relacionadas, atentando-se para que essas transações sejam celebradas em conformidade com os interesses da Companhia, em bases comutativas e equitativas observadas as normas aplicáveis.

A avaliação das transações com partes relacionadas sempre leva em consideração as particularidades de cada operação, inclusive no que diz respeito a preços, garantias e prazos, devendo ser adequadamente justificadas, formalizadas por escrito e devidamente divulgadas de acordo com as normas aplicáveis.

Em sua avaliação, a Administração da Companhia, quando pertinente, poderá solicitar aos responsáveis pela condução das tratativas a apresentação de documentos, estudos e análises complementares que entenderem necessários para a aprovação da operação.

Além disso, reforça-se que a Companhia se atém aos preceitos previstos na Lei das S.A., vedando a seus conselheiros ou diretores, além da intervenção em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores, também a realização de qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia.

Nota-se, por fim, que as transações com partes relacionadas são destacadas nas demonstrações financeiras da Companhia, e refletem os termos e condições acordados. Nesse sentido, nas notas explicativas às suas demonstrações financeiras, a Companhia inclui uma nota sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas normas contábeis aplicáveis estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre partes relacionadas (aprovado pela Deliberação CVM n.º 642/10), que determina que as demonstrações financeiras contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que a posição financeira e o resultado da Companhia possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PRS XXIV Incorporadora S.A.	31/12/2019	2.354.477,96	R\$ 2.354.477,96 (Saldo aberto no Ativo Circulante do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto indireta						
Objeto contrato	Dividendos a receber de Ações Preferenciais Resgatáveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	31/12/2019	2.400.000,00	Não há	Não é possível aferir	01 ano podendo ser renovado anualmente por acordo entre as partes	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de Serviços de Gestão Administrativa de Imóveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido por qualquer uma das partes, sem ônus, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição contratual não sanada em 15 (quinze) dias contados da data de comunicação efetuada pela outra parte, (ii) hipóteses de caso fortuito ou força maior, ou (iii) requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Klabin S.A.	31/12/2019	11.310.664,12	R\$ 11.310.664,12 (Saldo aberto no Ativo Circulante do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/12/2015	1.696,02	R\$ 1.696,02 (saldo aberto no Ativo Circulante do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda	31/12/2019	6.762.869,65	Não há	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Participações						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	31/12/2019	950.000,00	R\$ 950.000,00 (Saldo em aberto no Ativo Não Circulante do emissor)	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O AFAC foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, de modo que somente poderá ser extinto mediante a sua capitalização.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Telecel Participações Ltda.	15/04/1992	1.258,95	R\$ 1.258,95 (Saldo aberto no Ativo Não Circulante do emissor)	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo concedido pela Companhia à sua coligada Telecel Participações Ltda. para fins de financiamento de investimentos em telecomunicações, especificamente no setor de telefonia móvel, na Telecel Telecomunicações Ltda.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	31/12/2019	4.140.911,19	Não há	Não é possível aferir	Indeterminado	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Outras Participações						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	31/12/2019	1.750,00	R\$ 1.750,00 (Saldo em aberto no Ativo Circulante do emissor)	Não é possível aferir	02 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de parte do imóvel (área 26m2) situado na ladeira de Nossa Senhora 193 destinado a instalação do escritório da locatária						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A locação ficará rescindida de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) se ocorrer incêndio ou outra catástrofe que impossibilite o uso normal da área locada por prazo superior a 6 (seis) meses; (b) se o imóvel for desapropriado pela autoridade pública, e c) pela infração de quaisquer condições pactuadas no contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	31/12/2019	21.000,00	Não há	Não é possível aferir	02 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de parte do imóvel (área 26m2) situado na ladeira de Nossa Senhora 193 destinado a instalação do escritório da locatária						
Garantia e seguros	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A locação ficará rescindida de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) se ocorrer incêndio ou outra catástrofe que impossibilite o uso normal da área locada por prazo superior a 6 (seis) meses; (b) se o imóvel for desapropriado pela autoridade pública, e c) pela infração de quaisquer condições pactuadas no contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Telecel Telecomunicações Ltda	15/04/1992	30.583,82	R\$ 30.583,82 (Saldo aberto no Passivo Não Circulante do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo concedido à Companhia pela Telecel Telecomunicações Ltda. para fins de financiamento de investimentos em telecomunicações, especificamente no setor de telefonia móvel.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Carapa Empreendimento Imobiliário S.A.	31/12/2019	103.083,43	R\$ 103.083,43 (Saldo aberto no Ativo Circulante do emissor)	Não é possível aferir	Indeterminando	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto Indireta						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	31/12/2019	3.892.564,52	Não há	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada. (A Companhia deixou de deter participação na Charles River em 30-set-2019)						
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria de investimentos.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
PRS XXIV Incorporadora S.A.	31/12/2019	35.957,51	R\$ 35.957,51 (Saldo aberto no Ativo Não Circulante do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto indireta						
Objeto contrato	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O AFAC foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, de modo que somente poderá ser extinto mediante a sua capitalização.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

No item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia descreve os saldos e operações com partes relacionadas constantes de suas demonstrações financeiras.

A Companhia esclarece que as operações com partes relacionadas mencionadas no item 16.2 foram submetidas, quando aplicável, à análise da Administração para aprovação, observando as normas e procedimentos aplicáveis, conforme descrito no item 16.1 deste Formulário de Referência.

Como destacado no item 16.1, durante o processo de análise das transações com partes relacionadas, ocorrendo conflito de interesse que envolva qualquer membro da Diretoria ou de órgão deliberativo da Companhia, o mesmo deve abster-se de analisar, votar e/ou opinar sobre a matéria, deixando a decisão aos demais membros.

Dessa forma, com relação às transações mencionadas no item 16.2, a Companhia esclarece que, conforme aplicável, a análise e aprovação das transações considerou o disposto no artigo 156 da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), segundo o qual os administradores da Companhia são vedados de intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, somente podendo contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia destaca que, em seu entendimento, as transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 possuem caráter estritamente comutativo e foram celebrados em conformidade com o disposto no item 16.1, contendo remuneração adequada à luz das condições de mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221
Tipo de capital	Capital Subscrito				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 a Companhia não realizou aumentos de capital social.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 a Companhia não realizou desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 a Companhia não realizou redução de capital social.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25%. Sobre o saldo remanescente, a Assembléia Geral decidirá com base na proposta da Administração.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, observado o disposto no § 2º do Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às ações que não sejam determinados pela legislação aplicável poderão ser modificados mediante alteração do Estatuto Social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que somente poderá ser instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 2/3 do capital social e, em 2ª convocação, com qualquer número. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.
Outras características relevantes	N/A

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não contém regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	456.644	192,00	165,00	R\$ por Unidade	171,54
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	230.525	204,00	155,00	R\$ por Unidade	171,27
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	195.444	210,00	165,01	R\$ por Unidade	174,82
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.392.098	230,00	161,01	R\$ por Unidade	171,31

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
30/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.011.181	179,97	147,00	R\$ por Unidade	165,71
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	886.851	185,00	150,00	R\$ por Unidade	164,20
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	294.448	165,00	152,60	R\$ por Unidade	159,08
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	605.187	170,00	157,00	R\$ por Unidade	165,71

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	114.730	170,00	155,00	R\$ por Unidade	164,13
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	49.315.577	185,00	140,00	R\$ por Unidade	140,08
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	81.418.212	155,00	125,00	R\$ por Unidade	137,26
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.141.442	154,98	139,00	R\$ por Unidade	146,55

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única (MOAR 11)
Data de emissão	28/11/2019
Data de vencimento	28/11/2024
Quantidade	200.000
Valor total	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.444.819,20
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Informações divulgadas no item 18.12.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Informações divulgadas no item 18.12.
Características dos valores mobiliários de dívida	Informações divulgadas no item 18.12.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações divulgadas no item 18.12.
Outras características relevantes	Informações divulgadas no item 18.12.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código "MOAR3".

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da primeira emissão da Companhia (“Debêntures”), código “MOAR11”, emitidas em 28/11/2019 e liquidadas em 12/12/2019, serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 Segmento CETIP UTVM, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3 – Segmento CETIP UTVM; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 – Segmento CETIP UTVM, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3 – Segmento CETIP UTVM e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 – Segmento CETIP UTVM.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que os valores mobiliários da Companhia não são negociados em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia nos exercícios sociais de 2018 e 2017.

Em 28/11/2019, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição, com esforços restritos, de Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476, conforme descrita no item 18.5 e 18.12.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia nos exercícios sociais de 2018 e 2017.

Em 28/11/2019, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição, com esforços restritos, de Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476, conforme descrita no item 18.5 e 18.12.

Os recursos líquidos obtidos com a referida emissão de debêntures foram utilizados para alongamento do passivo bancário, investimentos, reforço de capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**Características Adicionais das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia**

Em 28/11/2019, foi aprovado pelos membros do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (“Companhia”) a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Monteiro Aranha S.A. (“Debêntures”), código “MOAR11”, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”). As condições das Debêntures estão previstas no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Monteiro Aranha S.A., celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e “Escritura de Emissão”, respectivamente), datado de 28/11/2019.

Em 14/05/2020, foi aprovado pelos membros do Conselho de Administração da Companhia e pela Assembleia Geral de Debenturistas, o aditamento à referida Escritura de Emissão e ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, celebrado na mesma data, para alterar a proporção de bens alienados fiduciariamente, conforme informado no item “iii” abaixo.

As principais características das Debêntures estão descritas abaixo:

a. Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Série Única, da Primeira Emissão da Monteiro Aranha S.A. (MOAR11)
b. Quantidade	200.000 Debêntures, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“ <u>Valor Nominal Unitário</u> ”).
c. Valor nominal global	R\$ 200.000.000,00
d. Data de emissão	28/11/2019
e. Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social	R\$ 200.444.819,20
f. Restrições à circulação	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução CVM 539, e depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, conforme definido no artigo 9º-A da Instrução CVM 539, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
g. Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor informando: i. Condições ii. Efeitos sobre o capital social	Tratam-se de debêntures simples, não conversíveis em ações. Uma vez que as Debêntures não são conversíveis em ações, não há efeitos sobre o capital social.
h. Possibilidade de resgate, indicando: i. Hipótese de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições especificados na Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate	O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à oferta de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira data de integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo.
i. Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:	
i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	<p>As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28/11/2024 ("<u>Data de Vencimento</u>"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão.</p> <p>Adicionalmente, o Agente Fiduciário poderá ou deverá (conforme o caso), observado o disposto na Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão, ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos eventos de inadimplemento nela descritos como hipótese de vencimento antecipado, que não tenham sido tempestivamente sanados, observados os prazos de cura aplicáveis.</p>
ii. juros	<p><u>Remuneração</u>. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("<u>Taxa DI</u>"), acrescida de sobretaxa de 0,36% ao ano, base 252 Dias Úteis ("<u>Sobretaxa</u>", e, em conjunto com a Taxa DI, "<u>Remuneração</u>"), calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão. A Remuneração será calculada de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>A Remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 28 dos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 28/06/2020 e o último na Data de Vencimento, e os demais pagamentos devidos nas datas previstas na tabela indicada na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "<u>Data de Pagamento de Remuneração</u>"), sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.</p>
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto	Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo encargos moratórios, devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa necessária, comprovadamente e razoavelmente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão (" <u>Obrigações Garantidas</u> "), foi constituída alienação fiduciária de ações, de acordo

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

	<p>com os termos e condições do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”) sobre: (i) ações ordinárias de emissão da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), <i>ticker</i> UGPA3 (“Ações Ultrapar Alienadas Fiduciariamente”), e (ii) <i>units</i> de emissão da Klabin S.A. (“Klabin”), <i>ticker</i> KLBN11 (“Units Klabin Alienadas Fiduciariamente”) e, em conjunto com as Ações Ultrapar Alienadas Fiduciariamente, “Bens Alienados Fiduciariamente”, todas de titularidade da Companhia, e respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos, respectivamente, pela Ultrapar e pela Klabin, observados os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sendo que, (i) as Ações Ultrapar Alienadas Fiduciariamente representam, nesta data, 10% do Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (“Saldo Devedor”), e (ii) as <i>Units</i> Klabin Alienadas Fiduciariamente representam, nesta data, 137% do Saldo Devedor. Originalmente, as Ações Ultrapar Alienadas Fiduciariamente representavam, na data da emissão, a proporção de 50% do Valor Total da Emissão e as <i>Units</i> Klabin Alienadas Fiduciariamente representavam 97% do Valor Total da Emissão.</p>
<p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado</p>	<p>As Debêntures contam com garantia real, conforme descrito acima.</p>
<p>v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos; • à alienação de determinados ativos; • à contratação de novas dívidas; • à emissão de novos valores mobiliários; • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas 	<p>O Agente Fiduciário poderá ou deverá, conforme o caso, declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento, dentre os quais, são destacados:</p> <p>(a) <i>Distribuição de dividendos.</i> A distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;</p> <p>(b) <i>Alienação de determinados ativos:</i> Apenas em relação aos Ativos Alienados Fiduciariamente e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”)) (exceto pela Alienação Fiduciária de Ações), em qualquer dos casos, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente;</p> <p>(c) <i>Contratação de novas dívidas.</i> Não há vedação para a contratação de novas dívidas.</p> <p>(d) <i>Emissão de novos valores mobiliários.</i> Não há vedação para emissão de novos valores mobiliários.</p> <p>(e) <i>Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas.</i></p>

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

	<p>(e.1) ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; (b) decretação de falência da Companhia; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (d) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido;</p> <p>(e.2) transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações que possa emitir debêntures, nos termos da legislação aplicável;</p> <p>(e.3) cisão, fusão, incorporação da Companhia, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se referidas operações envolverem apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia e seja mantido o controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, hipótese na qual se consideram previamente aprovadas para fins do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(e.4) redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, que cause um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão), exceto para absorção de prejuízos, nos termos da lei e/ou se aprovada por Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas;</p> <p>(e.5) perda ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia para terceiros que não os atuais controladores, exceto se por sucessão legítima nos termos dos artigos 1.784 e seguintes do Código Civil;</p>
vi. O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato	<p>A Companhia constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário das Debêntures, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Companhia.</p> <p>O Agente Fiduciário deverá observar as regras constantes da Instrução CVM 476 e da Instrução CVM 583, além das demais obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão.</p> <p>Será devido, pela Companhia, ao Agente Fiduciário, honorários de R\$ 18.000,00 por ano, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;</p>
j. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Quaisquer modificações propostas pela Companhia nas condições que versem sobre (i) os quóruns e disposições previstos na cláusula 9.4 da Escritura de Emissão; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) a Remuneração; (iv) a Data de Vencimento; (v) os valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (vi) a oferta de resgate antecipado; (vii) os quóruns previstos na Escritura de Emissão; (viii) dos eventos de inadimplemento; e/ou (ix) modificação da Alienação Fiduciária de Ações dependerão da aprovação de debenturistas que representem no mínimo, 90% das debêntures em circulação.</p>

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

	Modificações nas demais características das Debêntures dependerão da aprovação de Debenturistas que representam, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação.
k. outras características relevantes	Não Aplicável.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que nos três últimos exercícios sociais não houve aprovação de plano de recompra de ações de emissão da Companhia.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	31/07/2002
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretor de Relações com Investidores Acionistas Controladores Administradores Funcionários Executivos Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia

Principais características

A Política, que estabelece o Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Companhia como o responsável por sua execução e acompanhamento, define as regras, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, bem como à negociação com valores mobiliários com base em tais informações.

Nesse sentido, com relação à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, a Política estabelece essencialmente o seguinte:

- (i) o dever, aplicável a todas as pessoas sujeitas à Política, de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante, a que tenham tido acesso privilegiado, até a sua divulgação, além de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam;
- (ii) o dever de os acionistas informarem a aquisição ou alienação de participação acionária relevante, bem como o dever de o DRI encaminhar tais declarações à CVM e às bolsas de valores;
- (iii) hipóteses de vedação à negociação;
- (iv) vedações à deliberação, pelo conselho de administração, sobre a aquisição ou alienação de ações de própria emissão da Companhia, na iminência de publicação de fato relevante a respeito de (a) celebração de contrato ou acordo visando à transferência do controle acionário da Companhia; (b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de controle; ou (c) existência de firme intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

A Política pode ser consultada na sede social da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.monteiroaranha.com.br>), e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>A Política estabelece as seguintes principais situações em que é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) previamente à divulgação de qualquer ato ou fato relevante relativo à Companhia, a que tenham tido acesso as pessoas sujeitas à Política; (ii) quando estiver em curso, ou houver outorga de opção ou mandato para o fim de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, ou sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, sendo aplicável a vedação às pessoas sujeitas à Política que tenham acesso a informações privilegiadas, nas datas em que a Companhia negocie ou informe que negociará com ações de emissão da Companhia; (iii) quando houver existência de firme intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação das demonstrações financeiras e demais informações contábeis da Companhia; (v) com relação aos ex-administradores da Companhia, previamente à divulgação pública de negócio ou evento iniciado durante seu período de gestão, pelo prazo de 6 meses após seu afastamento, ou até a divulgação, pela Companhia, do respectivo fato relevante (o que ocorrer primeiro).
--	--

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2002.

A Política define as regras, diretrizes, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, bem como à negociação com valores mobiliários com base em tais informações, em consonância com a legislação aplicável e as normas da CVM, especialmente a Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada.

Com relação à divulgação de informações relevantes e à manutenção do sigilo de tais informações ainda não divulgadas, a Política estabelece diretrizes e procedimentos com o escopo de divulgar aos órgãos competentes e ao mercado de valores mobiliários informações completas e tempestivas, assegurando equidade e transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.

A Política define, em linha com a Instrução CVM nº 358/2002, a responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores pela comunicação e divulgação de atos ou fatos relevantes relacionados à Companhia, estabelecendo, ainda, o dever de acionistas controladores, demais administradores, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, e funcionários com acesso a informação relevante, de comunicar qualquer ato ou fato relevante que tenham conhecimento, ao Diretor de Relações com Investidores.

Também em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002, a Política assinala que, diante da constatação, por tais pessoas, de omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM nº 358/2002), tais pessoas somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

No tocante ao momento da divulgação de ato ou fato relevante, a Política também delineia que esta deverá ocorrer antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores localizadas no País.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Conforme apontado no item 21.1, a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), que estabelece as regras, diretrizes, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, em consonância com a legislação aplicável e as normas da CVM, especialmente a Instrução CVM nº 358/2002.

A divulgação de atos ou fatos relevantes, em conformidade com o disposto na Política, tem por objetivo disponibilizar aos investidores, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, e evitando a utilização indevida de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso.

A Política estabelece o Diretor de Relações com Investidores (DRI) como o principal responsável pela divulgação e comunicação de informações referentes a atos ou fatos relevantes, estabelecendo ainda que, sem prejuízo de outras atribuições legais ou regulamentares aplicáveis, compete-lhe:

- (a) zelar pela ampla e imediata disseminação de atos ou fatos relevantes, simultaneamente em todos os mercados nos quais a Companhia eventualmente possua valores mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral;
- (b) transmitir informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar o Formulário de Referência;
- (c) supervisionar e aprovar a divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes, bem como verificar a necessidade de eventuais correções ou revisões;
- (d) opinar sobre a possibilidade de adiamento da divulgação de ato ou fato relevante, caso sua imediata revelação coloque em risco interesse legítimo da Companhia; e
- (e) analisar eventuais rumores e especulações no mercado sobre a Companhia e determinar se uma resposta e/ou comunicação ao mercado se faz necessária, respeitado o disposto nesta Política de Divulgação.

Em relação a prazos e parâmetros para tais divulgações, a Política define que o Diretor de Relações com Investidores (DRI) deverá observar, ainda, o que segue:

- (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência;
- (ii) divulgar a todo o mercado o ato ou fato relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, investidores e analistas;
- (iii) avaliar a necessidade de solicitar às bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante,

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

Com relação aos canais de comunicação utilizados pela Companhia, em observância ao art. 3º, § 4º da Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer por meio de jornal de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia ou portal de notícias na internet, em seção disponível para acesso gratuito.

A Política também delinea o dever de guardar sigilo de informações privilegiadas, e de zelar para que subordinados e terceiros de confiança também o façam, assinalando a necessidade de observância de tais deveres por parte dos acionistas controladores, administradores, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, funcionários e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas sociedades integrantes do bloco de controle, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas.

No mais, também em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002, a Política explicita a regra geral de divulgação e comunicação imediata de atos ou fatos relevantes, bem como a previsão de que, em casos excepcionais, quando a divulgação de tais informações puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia, a divulgação da informação deverá ser objeto de análise, sem prejuízo de que:

- (i) os administradores e acionistas controladores submetam à CVM a decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos os fatos relevantes, cuja divulgação entenda configurar risco a legítimos interesses da Companhia; e
- (ii) ainda que os administradores e acionistas controladores decidam pela não divulgação de ato ou fato relevante, é seu dever divulgar imediatamente tais informações, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores (DRI), na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

A Política pode ser consultada na sede social da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.monteiroaranha.com.br>), e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.